

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

## **Política Cultural na Guiné-Bissau: desafios e constrangimentos “Avanços e Recuos”**

Nilton Carlos Correia

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada,

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

# iscte

SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de História

## **Política Cultural na Guiné-Bissau: desafios e constrangimentos “Avanços e Recuos”**

Nilton Carlos Correia

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Associada,

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2024

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho, em especial, com incomensurável amor e carinho, à minha Mãe, Quinta Correia, se não fosse ela, não seria o homem que eu sou, que sempre está ao meu lado, incentivando, transmitindo os verdadeiros valores sociais e virtudes da vida de uma forma sábia e tão serena; amo-te Mãe

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida e inspiração para realizar este grande sonho. A uma palavra a minha esposa Eurizanda Indjai e os meus filhos Stephanie e Kehesny Correia, por terem transformado a minha vida e impulsionado a minha autoestima. Agradeço à minha orientadora Doutora Maria João Vaz, Professora Associada, pela sua dedicação na realização do meu trabalho. Aos meus pais, Quinta Correia, Carlos Sai Naifad, Albertino O.P.A da Costa, Luciano P.A da Costa e a Eugénia Fernandes que sempre acreditaram em mim.

Aos irmãos e amigos/as, que sempre me acompanharam neste percurso, Jacinto dos Santos (Atcho Express), Santos da Silva, Manecas Lopes, Cesar Lopes Cá, Valdumir Fernandes (Vadufer), Eriquenio Mendonça, Vladimir Ansumane Camará, Erineu Nhaga, Mamadú Saliu Djalo, Ibraltina Inês Barros N'Cuia, Pedro Lopes, Lidojito José. É óbvio que não posso mencionar todos, mas o meu muito obrigado a todos. Aos meus colegas de curso, pelo convívio e bons e maus momentos partilhados, que tanto enriqueceu a minha vida académica; vocês são incríveis! Aos meus professores do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa pelo vosso alto grau de profissionalismo e responsabilidade e pela vossa ajuda na minha integração e que aturaram a minha persistência em indagar. À Secretaria de Estado da Cultura Guiné-Bissau, na pessoa de João Cornélio Correia, Diretor Executivo da Célula Nacional de Candidatura da Cidade de Bissau à Redes das Cidades Criativas da Música da Unesco, Ponto Focal do Património Mundial da Guiné-Bissau Para a Unesco; ao Ponto Focal da Cultura para CPLP, pelo apoio no fornecimento do *Manual da Política Cultural da Guiné-Bissau* em suporte eletrónico, e ainda ao Dr. Ernesto Dabó, Djanuno Dabó, Mú M'Bana, Graciete Semedo, Rui Manuel da Costa, Zé Manuel Fortes, Ivanildo Barbosa, Jerry Bidan, Klim Mota, Dr. Francelino Cunha, Banumia Pinto, Kimi Djabaté, Toni Osvaldo (Toni ká), Nelson Medina, Adriano Ferreira (Atchutchi).

Finalmente, quero expressar o meu mais profundo e genuíno agradecimento à equipa da Pro-Cultura, um projeto financiado pela União Europeia, sob a coordenação do Camões Instituto da Língua Portuguesa (I.P), pela oportunidade que me deram para atingir o meu objetivo e realizar o meu sonho e pelo alto grau de profissionalismo, e à Secretaria de Estado da Cultura da Guiné-Bissau, na qualidade do vosso parceiro do desenvolvimento para setor cultural.

## RESUMO

O presente trabalho apresenta um debate sobre questões da Política Cultural na Guiné-Bissau: Desafios e Constrangimentos. Especificamente, o estudo visa identificar os principais desafios da política cultural da Guiné-Bissau, que compõem o Plano Estratégico; identificar os princípios que organizam e orientam a política cultural na Guiné-Bissau e identificar os patrimónios culturais do setor autónomo de Bissau.

Em relação à metodologia, procurou-se obter informação, através da pesquisa bibliográfica e oito (8) entrevistas a diversas individualidades e instituições que lidam com a temática, dando assim a possibilidade de os entrevistados exprimirem de forma livre as suas opiniões. Neste estudo questionamo-nos sobre qual é a atual situação da cultura na Guiné-Bissau? Será que as metas e as diretrizes do Plano de Ação para o setor cultural vão ser executado no tempo definido? E quais são os obstáculos na implementação da política cultural na Guiné-Bissau?

As declarações dos entrevistados, neste estudo, convidam-nos a uma reflexão sobre a atual situação da cultura na Guiné-Bissau. Pois, nos últimos anos, temos vivido uma cultura que tem uma dependência política e que se encontra numa situação delicada. Assim, é preciso que haja uma intervenção urgente por parte da autoridade local no sentido de poder traçar um plano que venha a permitir o funcionamento ideal deste setor, podendo abrir um mercado estável para os atores e artistas que atuam nessa área.

Em relação à segunda pergunta, estes diferem nas suas opiniões quanto a esta questão, onde alguns concordam e outros não em relação a execução de tais planos, alegando a ausência da sua aprovação pela ANP e, por outro lado, pela vontade das pessoas que estão no governo onde algumas, como é referido, desconhecem a existência deste Plano Estratégico para a Cultura.

Ainda, os entrevistados identificaram também que um dos principais obstáculos para implementação de uma política cultural no país está relacionada com a instabilidade governativa e a falta de vontade política. A conclusão a que se pode chegar é que existe uma falta de mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros para reforçar as capacidades institucionais no setor da cultura, a fim de tornar possível a implementação de tal política.

**Palavras-Chave:** : Política Cultural, Diversidade Cultural, Plano Estratégico para a Cultura, Infraestruturas Culturais, Guiné-Bissau.

## ABSTRACT

This paper presents a debate on issues of Cultural Policy in Guinea-Bissau: Challenges and Constraints. Specifically, the study aims to identify the main challenges of cultural policy in Guinea-Bissau, which make up the strategic plan; identify the principles that organise and guide cultural policy in Guinea-Bissau and identify the cultural heritage of the autonomous sector of Bissau.

As far as methodology is concerned, we sought to identify, through bibliographical research and eight (8) interviews with various individuals and institutions that deal with the subject, thus giving the interviewees the opportunity to freely express their opinions. In this study, we asked ourselves: what is the current state of culture in Guinea-Bissau? Will the goals and guidelines of the action plan for the cultural sector be implemented in time? And what are the obstacles to implementing cultural policy in Guinea-Bissau?

The statements made by the interviewees in this study invite us to reflect on the current situation of culture in Guinea-Bissau. For in recent years, we have experienced a culture that is politically dependent and in a delicate situation, so there needs to be urgent intervention on the part of the local authority in order to draw up a plan that will allow this sector to function optimally and thus open up a stable market for the actors and artists who work in this area.

In the second question, the interviewed differed in their opinions on this issue, with some agreeing and others not in relation to the implementation of such plans, citing the lack of their approval by the ANP and, on the other hand, the will of the people in government, and among others even referring to the lack of knowledge of the existence of this strategic plan for culture.

They also identified one of the main obstacles to implementing cultural policy in the country as having to do with government instability and a lack of political will. The conclusion that can be drawn is that there is a lack of mobilisation of human, material and financial resources to strengthen institutional capacities in the cultural sector in order to make the implementation of such a policy possible.

**Keywords:** Cultural Policy, Cultural Diversity, Strategic Plan for Culture, Cultural Infrastructure, Guinea-Bissau.



## Índice

Abreviaturas e Siglas

INTRODUÇÃO	1
Capítulo I: Conceitos e Contexto Histórico	13
1.1. Política Cultural	17
1.2. Democracia Cultural e Democratização da Cultura – a Cultura como motor para o desenvolvimento	21
Capítulo II: A Guiné-Bissau na sua Diversidade Cultural: identidade de um povo e a sua história	25
2.1. Identificar os patrimónios culturais como parte da nossa história, na construção das memórias coletivas	29
Capítulo III: O Papel do Estado na Cultura: orientação e planos diretores	35
3.1. O Plano público para a cultura 2021-2030	36
3.2. Plano de ação do governo da Guiné-Bissau: guia e definição dos objetivos	41
Capítulo IV: A Existência (ou não) de Equipamentos Públicos para o Desenvolvimento das Atividades Culturais (escolas de música, teatros e outras)	49
4.1. Balanço entre as ações preconizadas e a realidade da Guiné-Bissau, relativamente às políticas públicas para a cultura	50
4.2 Discussões e/ou resultados de entrevistas	51
CONCLUSÃO	67
FONTES E BIBLIOGRAFIA	71

## ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>SECG-B</b> .....	Secretaria Estado da Cultura Guiné-Bissau
<b>CEDEAO</b> .....	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
<b>PAIGC</b> .....	Partido Africano da Independência Guiné e Cabo Verde
<b>PRS</b> .....	Partido da Renovação Social
<b>PNC</b> .....	Plano Nacional da Cultura
<b>AFDB</b> .....	Banco Africano de Desenvolvimento
<b>ONG</b> .....	Organização Não Governamental
<b>UDIB</b> .....	União Desportiva Internacional de Bissau
<b>ICC</b> .....	Indústrias Culturais e Criativas
<b>FCFA</b> .....	Representam a Designação francesa “Comunité Financière d’Afrique”
<b>UNESCO</b> .....	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura
<b>UEMOA</b> .....	União Económica e Monetária da África Ocidental
<b>SGA</b> .....	Sociedade de Gestão de Autores
<b>ONU</b> .....	Organização das Nações Unidas
<b>BCEAO</b> .....	Banco Central dos Estados da África Ocidental
<b>SNAP</b> .....	Sistema Nacional de Proteção das Áreas Protegidas
<b>CPLP</b> .....	Comunidade Países da Língua Portuguesa
<b>APU</b> .....	Assembleia Popular Unido
<b>FOFA</b> .....	Forças Oportunidades Fraquezas Ameaças
<b>ODS</b> .....	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
<b>PIDESC</b> .....	Pacto Internacional relativo aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais
<b>UNIDROIT</b> .....	Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado
<b>GAP</b> .....	Gestão Baseadas nos Resultados
<b>AD</b> .....	Ação para o Desenvolvimento
<b>CCFB-G</b> .....	Centre Culturel Franco Bissau-guineense

## INTRODUÇÃO

O Mestrado em Estudos e Gestão da Cultural permitiu-me desvendar novos horizontes de conhecimento; as unidades curriculares nele integradas enriqueceram ainda mais a minha vida académica. A reflexão que me proponho realizar surge como lógica e incontornável e será sobre o tema “Política Cultural na Guiné-Bissau: Desafios e Constrangimentos”.

A abordagem deste tema, que vai servir como suporte para a obtenção do grau de Mestre, cuja proposta foi apresentada no último semestre do primeiro ano e aprovada no âmbito da unidade curricular de Desenho de Pesquisa, possibilitará uma análise sobre aquilo que o governo da Guiné-Bissau elaborou com os seus parceiros de desenvolvimento como o seu guia para o universo cultural do país.

A política cultural foi falada no governo de iniciativa presidencial, mas nunca foi implementada devido ao interesse partidário diferente dos membros que compunham o executivo, liderado pelo primeiro-ministro Nuno Gomes Nabiam, que exerceu o cargo entre 28 de fevereiro de 2020 e 7 de agosto de 2023.

A Guiné-Bissau é conhecida pela forte instabilidade política vivida durante décadas. É desta forma que é retratada pelos vários autores e os acontecimentos que acabámos de referir realçam a real situação política do país. Tal pode ser constatado pelo olhar do professor Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, referindo-se ao livro *Sonhos e Trajetórias*, de João José Silva Monteiro “Hugo”

[...] No livro, também, articulam-se os acontecimentos políticos recentes de conflitos antigos, dentre os quais: o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, em que o comandante do PAIGC, João Bernardo Vieira, derrubou o ex-presidente Luís de Almeida Cabral (meio irmão de Amílcar Cabral) no contexto de partido único ofício; o golpe de 7 de junho de 1998, em que Ansumane Mané, guerrilheiro do PAIGC derrubou o governo de João Bernardo Vieira, já no regime democrático; o golpe de 14 de setembro de 2003, em que o general Veríssimo Correia Seabra, guerrilheiro do PAIGC, derrubou o governo de Kumba Yala, Líder do Partido de Renovação Social (PRS), substituindo Ansumane Mané na chefia do Estado-Maior Geral das Forças Armadas; o golpe de 12 de abril de 2012, em que o governo de Carlos Gomes (PAIGC) foi deposto através de um golpe de Estado e Serifo Nahamadjo (PAIGC) assumiu a presidência a fim de preparar o país para novas eleições e repor a normalidade constitucional do Estado. Depois de golpe de 12 de abril, houve realização de eleições gerais em 2014. Com esta eleição, Domingos Simões Pereira assumiu o governo e José Mário Vaz a Presidência de República, ambos (do PAIGC) prometeram a estabilidade governativa e ganhos para o país.

Apesar das promessas, houve, posteriormente, a rutura, com a demissão de Domingos Simões Pereira pelo presidente José Mário Vaz, supostamente por incompatibilidade pessoal entre os dois. As consequências dessa crise, como nos mostram os fatos, afetou a estabilidade e o avanço do país, mantendo um estado crítico ainda na atualidade (TEIXEIRA, 2023).

O tema escolhido para esta dissertação exige uma análise criteriosa e minuciosa devido à sua complexidade, sobretudo na Guiné-Bissau, caracterizada pela pluralidade dos fatores étnicos, diversificação muito enraizada, constituindo um mosaico cultural, bem como as dificuldades com que se depara o setor cultural neste país. Tudo isso constitui um problema para o desenvolvimento da área cultural e a sua contribuição para o desenvolvimento do país.

Este trabalho teve como objetivo geral conhecer e compreender as políticas a nível do setor cultural desenvolvidas na Guiné-Bissau. Especificamente, o estudo visa:

- Conhecer a situação da cultural na Guiné-Bissau, tendo em conta o Plano Estratégico Elaborado em 2021;
- Identificar as infraestruturas existentes para as práticas das atividades culturais no país, em particular setor autónoma de Bissau;
- Identificar os patrimónios culturais como parte da nossa história, na construção das memórias coletivas.
- identificar os principais desafios da política cultural da Guiné-Bissau, que compõem o Plano Estratégico;
- identificar os princípios que organizam e orientam a política cultural na Guiné-Bissau;
- identificar os patrimónios culturais do setor autónomo de Bissau.

O objeto da pesquisa a que se refere a problemática, tem como perguntas de partida:

- Qual é a situação da cultura na Guiné-Bissau?
- Será que as metas e as diretrizes do plano de ação para o setor cultural, vão ser executado no tempo para tal definido?
- Quais são os obstáculos à implementação da política cultural na Guiné-Bissau?

Para concretizar estes objetivos, realizamos algumas entrevistas a alguns homens da cultura, dentro e fora do governo guineense, para melhor poder concretizar o objetivo de estudo deste trabalho.

Ao longo deste trabalho científico (dissertação), foi utilizada a pesquisa do tipo exploratória, utilizando delineamentos de pesquisa bibliográfica: livros, dissertações e artigos científicos. Ademais, esta pesquisa também é de caráter documental, por termos utilizados importantes documentos relativos a tema.

A nossa pesquisa pode também ser classificada de pesquisa qualitativa, isto porque foram feitas entrevistas, tanto à distância como presencial, às diferentes personalidades, incluindo o Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Cultura da Guiné-Bissau, responsável para as Artes e Espetáculos da Secretaria de Estado da Cultura da Guiné-Bissau, técnicos ligados a questão de cultura, músicos, artistas e escritores que, direta ou indiretamente se relacionam com o assunto em estudo. As entrevistas continham questões semiabertas que visaram obter informações mais detalhadas em torno do tema, dando assim a possibilidade aos entrevistados de exprimirem de forma livre as suas opiniões, podendo ter-se uma melhor categorização dos dados.

O tema da Política Cultural na Guiné-Bissau: Desafios e Constrangimentos, despertou a minha atenção devido à atual situação do sector cultural no país, em particular devido à recente determinação política elaborada pelo governo, em julho de 2021, realizada com ajuda dos seus parceiros, podendo ser consideráveis os benefícios e a contribuição que o setor poderá obter com os planos de ação governativa. Tentarei sobretudo compreender o Plano da política cultural elaborado pelo governo, definido e implementado através da Secretaria do Estado da Cultura, que é o órgão que tutela o setor.

Em 2020, o Estado guineense instituiu a Secretaria de Estado da Cultura para implementar a política cultural do Governo da Guiné-Bissau. Como tal, a sua missão é definir, planear e executar a política do governo no domínio da cultura em todo o país, em colaboração com associações culturais e ONG que trabalham no terreno, sob a supervisão direta do primeiro-ministro (SECG-B, 2021, p. 18).

Com a instituição por parte do governo da Guiné-Bissau desta Secretaria de Estado, foi-lhe atribuída a missão de elaborar e implementar a política do governo a nível do setor cultural. Daqui podem existir benefícios para o setor, desde que na sua implementação sejam cumpridas todas as exigências das metas e dos objetivos da própria política e da missão do Governo, em consonância com as outras entidades que atuam na

mesma área. O setor cultural deparou-se já com vários problemas, como a falta de uma política e da sua implementação.

Nessa perspetiva, é preciso fazer uma leitura genérica do que é o Plano de Ação definido pelo Executivo guineense e é isso que procuraremos aqui concretizar. Começaremos por definir a problemática, as diferentes questões que conduzirão a nossa análise, como é natural num trabalho científico desta natureza.

A problemática central desta dissertação relaciona-se com a caracterização das políticas públicas para a cultura na Guiné-Bissau. Que atenção e espaço ocupa a cultura na ação dos governos da Guiné-Bissau antes de 2021 e depois, quando foi formalmente definida uma política cultural no país? Assim, a pergunta de partida é: qual é a real situação da cultura na Guiné-Bissau antes e depois da elaboração da política cultural em 2021?

Outras questões colocam-se ainda: quais são os obstáculos na implementação da política cultural na Guiné-Bissau? Será que existem as infraestruturas públicas apropriadas para a prática das atividades culturais no país? Será que é a primeira Carta da Política Cultural que o país conheceu, vários anos depois da sua construção como Estado independente?

Será que as metas e diretrizes do plano de ação para o setor cultural vão ser executadas no tempo para tal definido, tendo em conta a instabilidade governativa que caracteriza a Guiné-Bissau? As questões políticas e a instabilidade governativa são obstáculos para implementação dessa política e para o desenvolvimento do setor cultural? O que é que podemos esperar dessa política cultural?

Devido à natureza do trabalho, é vantajoso colocar hipóteses para que posteriormente possamos encontrar linhas para o desenvolvimento do trabalho.

Assim, colocamos as seguintes hipóteses:

- A) O setor está a deparar-se com vários problemas, um deles é a falta de implementação ou aplicação de uma política que possa ajudar o setor no seu desenvolvimento.
- B) A inexistência das infraestruturas públicas para as práticas culturais no país, pode ser verificada nos grandes eventos culturais, onde o estádio de futebol serve de anfiteatro.
- C) A falta das infraestruturas e a escassez dos recursos humanos para a prática das suas atividades e para o desenvolvimento do setor, constitui uma preocupação social.

Por outro lado, no diagnóstico feito durante a elaboração do plano para a Política Cultural da Guiné-Bissau referenciou-se o problema das infraestruturas (SECG-B, 2021, p.35). Contudo, o próprio departamento também não dispõe de espaço de trabalho adequado, o que obriga muitos funcionários, incluindo gestores, a trabalharem fora dos escritórios. A própria direção da Secretaria de Estado está a deparar-se com enormes dificuldades em termos de encontrar um local de trabalho. Assim, a indisponibilidade de infraestruturas para que possa funcionar a própria Secretaria de Estado é uma situação que merece atenção, bem como a falta de infraestruturas para as práticas culturais.

A Guiné-Bissau carece das infraestruturas para práticas culturais, como salas de teatro, salas para espetáculos de música, cinemas, entre outros. Após a independência, havia o salão do Terceiro (III) Congresso, os edifícios do Clube da União Desportiva de Bissau (UDIB), entre outros, mas estes deixaram de funcionar já há vários anos (entrevista B, 2023).

Em 2020, foi lançada a primeira pedra para a construção do Palácio da Cultura pelo governo da iniciativa presidencial, localizado nos arredores de Bissau, nas zonas industriais de Brá, mas até à presente data não está em curso a sua construção. Esta ação do governo é vista como um desafio, como se explica em Bucal & Machado, na *Revista de Políticas Públicas*, no artigo “Os Desafios de Construção das Políticas Culturais na Guiné-Bissau: questões preliminares”, por outro lado, a construção do palácio da cultura e da biblioteca nacional é um desafio existente para a entidade cultural guineense, por outro lado, este já dispõe de terreno para sua construção (Santana citado por Bucal & Machado, 2022 p. 369).

Com tanta riqueza em termos de diversidade étnica e cultural, que diferencia a Guiné-Bissau de outros países, o setor cultural continua a deparar-se com enormes dificuldades, quando estas podiam potenciar ou projetar o país, atrair a mobilidade turística e servir de incentivo ao desenvolvimento.

O meu interesse pela temática da política cultural na Guiné-Bissau tem como intenção fazer a análise sobre os desafios e constrangimentos para compreender os motivos da não implementação de uma política cultural na Guiné-Bissau. Entretanto, esse propósito está relacionado com a mais recente e a primeira afirmação de desenvolvimento de uma política cultural elaborada pelo governo da Guiné-Bissau, bem como a situação em que o setor da cultura se encontra neste momento.

A relevância deste trabalho consiste em procurar fornecer subsídios para a ampliação e a qualificação do debate sobre a questão da política cultural na Guiné-Bissau

para equipas de profissionais desta área, praticantes e demais interessados na temática. Servirá também para o benefício da sociedade guineense no seu todo.

Sobre a criação dos espaços para a prática cultural, isso consiste na inovação, em apostar na descentralização e na construção das infraestruturas culturais no centro e nas regiões a fim de garantir a sua acessibilidade, fazer sentir a governação no seio das massas através das suas participações.

Tal passa pela elaboração duma agenda para que as atividades possam ser desenvolvidas, não só no centro, mas também nos outros sítios mais longínquos da Guiné-Bissau, que a cultura em geral possa ser vista, pois, muitas pessoas não têm oportunidade de participar, de competir e de se associar a esta área de intervenção. A construção das infraestruturas de grande envergadura poderá permitir acolher grandes eventos.

Entre outros, análises anteriores sublinharam já as lacunas jurídicas no setor cultural, particularmente no que diz respeito à proteção do património cultural, ao desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas (ICC) e a proteção dos bens literários e artísticos (SECG-B, 2021, p.39).

De acordo com a minha experiência, durante os anos que trabalhei na área da cultura na Guiné-Bissau, deparei-me com a existência de vários problemas, constrangimentos e obstáculos em relação à aplicação da lei e à contribuição dos sucessivos governos com o setor da cultura, devido a falta de uma política cultural.

Por outro modo, quando se procurava determinar uma política na área da cultura, a sua aplicação e a própria intervenção do Estado, como entidade reguladora deste setor que procurava fazer cumprir as suas determinações, bem como a implementação do seu plano de ação, ficava muito longe do desejado.

Neste sentido, percebe-se que não é uma prioridade para o governo e, em consequência disso, o setor cultural nunca constituiu uma preocupação governativa, por isso, o país não tem um centro cultural público, uma biblioteca pública, um museu público, um anfiteatro que possa acolher grandes eventos que, assim, se realizam nos estádios do futebol. É de salientar ainda que as questões relativas à política cultural dificilmente são mencionadas em qualquer circunstância, quer seja nas campanhas políticas, nas corridas aos altos cargos políticos, nas “campanhas eleitorais”.

Por estas e outras razões, a fatia disponibilizada no orçamento geral do Estado para o setor cultural é de um 1%, que só serve para o pagamento do salário dos funcionários e algumas despesas administrativas. O Departamento da Cultura teve uma

dotação orçamental que se manteve em 35.400.000 francos durante a última década para operações relacionadas com o setor cultural (SECG-B, 2021, p. 45).

## Financiamento da cultura

### O financiamento público

Na Guiné-Bissau, o financiamento da cultura é uma equação por resolver.

#### *Quadro n.º 1: Evolução do orçamento de funcionamento do ministério responsável pela Cultura (milhões FCFA)*

Rubrica	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Subsídio de imprensa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Funcionamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Orçamento total do Ministério da Cultura	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4
Investimentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: INE-GB/Ministério de Finanças

O orçamento anual atribuído ao Ministério responsável pela Cultura parece ter estabilizado em 35,4 milhões de FCFA desde 2007. Esta dotação reflete a extrema fraqueza operacional do Ministério da Cultura.

Desta forma, o investimento neste setor, tanto por parte do governo, como por parte do setor privado, não é visto como um investimento que traga rentabilidade devido ao modelo adotado. A cultura, tida como um setor não rentável, é uma perspetiva que é afirmada por alguns autores, mas na realidade pode ser um setor muito rentável para a economia guineense e mundial.

Para Silva (2010, p.13), o financiamento do setor cultural pode ocorrer por meio dos consumidores de bens e serviços culturais; por uma doação generosa como o antigo mecenato; pelo patrocínio das empresas explorando o marketing; pelo dinheiro público

para as atividades pouco comerciais, que não interessam ao mercado, mas que são de alto interesse público.

Para Nascimento (2008 p.5), de forma mais marcante, na globalização da economia, o financiamento da cultura e a forma como as empresas participam dessa atividade, tem modelos diversos, baseados nas diferentes concepções de desenvolvimento e gerenciamento do património simbólico. Ainda nesta mesma linha, o autor citou Moreira (2003) que apresentou dois grandes modelos, “uma distinção entre o que classifica de dois grandes modelos tradicionais de financiamento da cultura, ou seja, o de países europeus e o americano” (Moreira citado por Nascimento, 2008, p. 5).

De acordo com autor, o modelo apresentado e a forma da participação das empresas no financiamento do setor cultural, vão de acordo com a realidade de cada país ou continente.

Na perspectiva de Reis (2003 p. 28), há empresas que privilegiam uma determinada forma de patrocínio, acreditando que ao concentrar os seus recursos em uma linha específica não pulverizam a atenção do público. Investem, então, em uma linha cultural específica, por exemplo, nas artes plásticas, no teatro, no circo, no folclore, na gastronomia, em manifestações populares, entre outras, ou então em um equipamento cultural, como um museu, um teatro, um instituto cultural.

As empresas procuram patrocinar ou investir pensando na maior visibilidade dos seus produtos. É por isso que escolhem uma determinada área para investir, esperando a contrapartida do seu investimento, mas isso deve-se também ao interesse do público e do seu poder económico.

Um setor tão vulnerável desde a sua estrutura, com falta de quadros em termos dos recursos humanos e com falta de infraestruturas, não oferece condições para o seu funcionamento, com um orçamento que fica aquém das suas expectativas.

### **Recursos humanos, materiais e infraestruturas**

A Secretaria de Estado da Cultura funciona com um mínimo de recursos humanos, apesar da importância das suas tarefas. Em 2020, este departamento do Estado tinha um total de 58 trabalhadores, dos quais 14 eram mulheres. Ou seja, 24,13 % da mão de obra no referido departamento – sendo que cinco das quais tinham a categoria de «chefes» SECG-B (2021 p.35).

O departamento também não dispõe de espaço de trabalho adequado, o que obriga muitos funcionários, incluindo gestores, a trabalharem fora do escritório. Do mesmo modo, faltam meios logísticos em termos de material circulante e equipamento técnico que deveriam permitir ao departamento cumprir cabalmente a sua missão, o que resulta numa baixa motivação do pessoal e, para além disso, num fraco desempenho a vários níveis.

A vulnerabilidade do setor cultural é preocupante, na medida em que há uma tendência para pensar e repensar esta questão. Conhecida pela sua diversidade étnica, constituindo um verdadeiro mosaico cultural, a Guiné-Bissau é um país muito rico na sua representação em termos culturais, com diferentes participações em termos de atividades no universo cultural. Tal pode ser verificado principalmente nos períodos carnavalescos, onde cada região, incluindo o setor autónomo de Bissau, participam nos concursos organizados pelo governo através de Secretaria do Estado, em colaboração com algumas entidades não governamentais.

Tudo isso mostra-nos a sua importância e a complexidade da própria cultura. Como já referimos, a Guiné-Bissau é um país rico em termos culturais, com grande diversidade étnica, e isso nos leva para uma abordagem sobre o estado ou a situação da cultura no país.

### **Opções Metodológicas**

Em relação à metodologia, como já referido, a natureza da pesquisa é do tipo exploratória, utilizando delineamentos de pesquisa bibliográfica: livros, dissertações e artigos científicos. Os capítulos do trabalho foram desenvolvidos através de contribuições teóricas de autores com debates na linha do tema. Ademais, esta pesquisa também é de caráter documental, por termos utilizados importantes documentos relativos a tema. Em qualquer que seja estudo desta natureza é necessário a escolha da metodologia que vai ser desenvolvida durante o processo, cumprindo com critérios e dando a inovação a problemática em questão. Devido a importância e a complexidade do problema a investigar.

Na perspetiva Hegenberg, 1976 (citado por Moresi 2003 p.12), o método é o “caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado. No entanto, como situa Demo (1985 p.11), a metodologia significa, na origem do termo, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. Ainda para ele, “é uma disciplina instrumental a serviço da

pesquisa”. Um outro olhar na mesma perspetiva, Demo (1985, p.59) refere a metodologia como pesquisa é uma disciplina instrumental para o cientista social (Demo, 1985, p. 59)”

A nossa pesquisa pode também ser classificada de pesquisa qualitativa, isto porque foram feitas entrevistas, tanto à distância como presencial, às diferentes personalidades, incluindo o Chefe de Gabinete do Secretário do Estado de Cultura da Guiné-Bissau, Responsável para Artes e Espetáculos da Secretaria de Estado da Cultura da Guiné-Bissau, Técnicos ligados a questão de cultura, Músicos, Artistas e Escritores, que direta e indiretamente se relacionam com o assunto em estudo, onde as questões semiabertas elaboradas visam obter informações mais detalhadas em torno do tema, dando assim a possibilidade aos entrevistados de exprimirem de forma livre as suas opiniões, podendo ter-se uma melhor categorização dos dados.

Para Sousa et al. (2014, citado por Ketele, 1999 p.18), entende-se a entrevista como "um método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações". (Sousa et al. 2014, p. 79 citado por Ketele, 1999:18). O processo de pesquisa é composto, entre várias outras etapas, pela escolha da metodologia de pesquisa.

### **Amostra**

A pesquisa de informação realizada teve como base uma amostra de dez indivíduos entre as quais duas são pessoas ligadas a Secretaria do Estado de cultura, escolhidas por serem pessoas não só pertencentes à estrutura estatal, como também conhecedores da questão em estudo. Numa espécie de entrevista informal, conversámos com esses indivíduos os quais temos encontrados nos seguintes lugares, na Quinta de Mocho e no Rossio, ambos em Lisboa (Portugal), e na cidade de Bissau. Essas pessoas que responderam às entrevistas foram residentes nos lugares acima referidos e demonstraram disponibilidade em colaborar na realização deste estudo. Entre eles estavam duas pessoas com mestrado, cinco licenciados e três detentores de curso médio.

A amostra final deste estudo ficou constituída por 10 indivíduos, 6 idosos e 4 jovens, entre os quais 7 são de sexo masculino e 3 do sexo feminino com idades compreendidas entre 31 aos 71 anos, residentes nas zonas acima mencionadas.

### **Instrumentos**

Assim, utilizando as ferramentas referidas, elaborado um guião de entrevista e um modelo de questionários para os entrevistados, o trabalho decorreu em quatro fases principais, com vista a uma melhor organização e análise dos resultados. Para coletar os dados utilizámos os seguintes instrumentos: computador, telemóvel, bloco de notas, caneta, e roteiro de perguntas e elaborou-se um modelo de questionário como já acima referido, com o objetivo principal de ajudar o pesquisador a ouvir o entrevistado. As entrevistas foram semiestruturadas, com questões que permitiram recolher dados sobre a política cultural na Guiné-Bissau: desafios e os constrangimentos, que podem ter ou não influência na conservação e preservação das práticas culturais do país.

### **Percurso e dificuldades**

Importa, antes de mais, clarificar que as comunidades em estudo na sua maioria se encontram na Guiné-Bissau. A isto acresce a imensa dificuldade que sentimos em encontrar disponibilidade dessa gente para participar neste estudo. Daí, termos constituído o nosso campo empírico apenas com 10 indivíduos neste estudo. A realização das entrevistas foi um momento decisivo, sendo um processo difícil, nos quais existiram algumas dificuldades na condição de aplicação do instrumento para recolha de informações pertinentes relativas sobre o fenómeno em estudo. Neste sentido, iniciámos a nossa pesquisa no terreno para recolha de informação no dia 20 de março de 2023, tendo-se estendido até dia 10 de janeiro de 2024. De facto, tivemos algumas dificuldades metodológicas ao longo de percurso agravadas pelo facto de este ter sido o nosso segundo trabalho empírico a realizar, ou seja, a insuficiência de experiência em realizar um trabalho de recolha de dados empíricos, sobretudo num contexto diferente da nossa realidade. Porém, tivemos sempre presente os procedimentos inerentes à investigação qualitativa, o que nos permitiu preparar o nosso guião previamente à realização das entrevistas.

Procurou-se também utilizar um nível de linguagem o mais informal possível, apresentando uma questão de cada vez, pausadamente, para que cada pergunta fosse bem entendida pelos entrevistados. Nos casos em que o uso do português dificultou a compreensão aos mesmos, apoiou-se no crioulo, uma vez que é a língua de comunicação local, e a sucessiva tradução para o português e transcrição das questões. Apenas algumas das entrevistas foram utilizadas na redação deste trabalho.

O diagnóstico do quadro normativo sobre setor cultural no país, com a análise dos diferentes pontos, entre o que é forte, as fraquezas e as oportunidades, vai-nos permitir fazer uma abordagem do que pode servir como ponto de partida para uma análise dos quadros apresentado nesse plano estratégico sobre o setor cultural.

Ainda nesta abordagem, veremos como as diferentes convenções e tratados assinados pelo governo da Guiné-Bissau não foram cumpridos e nem sequer viram a sua implementação desde a entrada da Guiné-Bissau como membro da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO), a 1 de novembro de 1974.

É necessário ratificar as Convenções da UNESCO, que ainda não foram ratificadas, a fim de colmatar as lacunas jurídicas identificadas, e adotar os textos que proporcionam um quadro para o setor do património e os setores dos ICC. As realizações dos dois objetivos específicos, a priori, irão contribuir para este objetivo (SECG-B, 2021 p. 50).

O presente trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo traçamos o contexto histórico, fazendo-se uma caracterização da Guiné-Bissau e uma pequena abordagem sobre contexto sociocultural do país. Igualmente, recorrendo a referências bibliográficas/documentais, procura-se apresentar conceitos que importam para a análise que se vai realizar, como o conceito da democracia cultural e da democratização da cultura como motor para o desenvolvimento. Apresenta-se igualmente a metodologia e as técnicas de análise utilizadas ao longo do trabalho.

No segundo capítulo apresenta-se a Guiné-Bissau na sua diversidade cultural, a cultura como identidade de um povo, e como parte da sua história na construção das memórias coletivas.

No terceiro capítulo trata-se do papel do Estado relativamente à Cultura, onde o próprio não é o produtor da mesma, mas sim orientador, através do seu plano de diretrizes de “política cultural”.

No quarto capítulo procura-se ver a existência ou não das instituições públicas que permitam o desenvolvimento das atividades culturais na Guiné-Bissau, em particular a existência de escolas da música, teatro, entre outras. Faz-se também um balanço entre as ações preconizadas nas diretrizes de política cultural e a realidade existente na Guiné-Bissau relativamente às políticas públicas para a cultura, passados dois anos, mostrando as concretizações que já foram feitas, dando conta da importância da implementação dessa política, mas salientando também os desafios e os constrangimentos existentes.

Por último, na conclusão procuramos dar conta das dificuldades existente ao longo do processo de investigação e as aprendizagens adquiridas ao longo deste percurso e apresentar algumas propostas de resposta às questões inicialmente colocadas.

## Capítulo 1: CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIO- HISTÓRICA DO PAÍS

A Guiné-Bissau é um país lusófono da África Ocidental, com uma área de 36,125 km<sup>2</sup>, 78% dos quais no continente, enquanto 22% se localizam nas 88 ilhas que conta o país, que conquistou a sua independência a 24 de setembro de 1973 Secretaria de Estado da Cultura Guiné-Bissau, (SECG-B p.7). De acordo com o historiador Carlos Lopes, a conquista de independência teve grande significado:

Era a primeira vez que num território ainda parcialmente ocupado pelas tropas coloniais tal acontecia. Este Estado foi rapidamente reconhecido por mais de 80 países, ultrapassando assim o número dos que tinham relações com a potência colonial, o Portugal de Caetano. (Lopes, C. 1982. p.17)

Com uma população de cerca de 1.800.000 habitantes em 2020, de acordo com dados da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), a Guiné-Bissau conta com quase 20 grupos étnicos, segundo informações recolhidas pela Secretaria de Estado da Cultura (cerca de 30 de acordo com outras fontes), praticando várias religiões, incluindo religiões tradicionais e reveladas (SECG-B p.7).

Há uma discordância em termos dos dados apresentado na carta da política sobre a cultura em relação ao número das etnias entre o da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e da Secretaria de Estado da Cultura da Guiné-Bissau (SECG-B). Tal leva-nos a questionar sobre estes dados, desde já porque a sua existência pode não cumprir com as exigências minuciosas e até pode pôr em causa a credibilidade das fontes, dada a sua relevância na construção dessa carta da política cultural.

Essas numerosas construções étnicas, cerca de trinta grupos étnicos – embora quinze sejam demograficamente mais expressivos – onde cada grupo tem a sua própria língua de base, sendo que o crioulo é a língua nacional e a mais usada, os dialetos são usados também em casa pela maioria da população guineense, como os dialetos maternos.

Estes grupos étnicos, que constituem um verdadeiro mosaico cultural do país, são uma riqueza singular que os difere dos outros povos do continente em termos sociocultural, isso pode ser verificado em diferentes manifestações culturais do país.

O português é a língua oficial da Guiné-Bissau e é mais utilizado em termos formais, nas escolas, nos locais administrativos, numa ou outra situação pelas “elites” que tiveram oportunidade de aprender através dos privilégios dos pais ou avôs que eram

funcionários na época colonial e que tiveram essa honra e privilégio de aprender e ensinar os filhos e passaram esses ensinamentos para os netos.

Seria pertinente perceber que a cultura na Guiné-Bissau, assim como as outras culturas, não são fixas ou imutáveis, mas antes elas moldam-se sempre, de acordo com as nossas experiências na sociedade em que estamos inseridos.

Segundo a Carta da política cultural elaborada pelo governo da Guiné-Bissau, através da Secretária de Estado da Cultura, onde foram mencionadas as três fases do assentamento e separados pela história, nessa resenha histórica, os três períodos marcantes são:

[...] O período pré-colonial, que é particularmente longo, inclui um período pré-histórico menos conhecido e um período histórico. O período pré-histórico é marcado por uma ocupação antiga, certamente por vários povos caçadores-coletores, cujos vestígios datados do final do período Neolítico (cerca de 300 AC) são materializados pelos objetos e artefactos descobertos na caverna Neolítica de Nhampassaré, localizada a cerca de 12 km a sudoeste da Cidade de Gabú.

No período histórico, é comprovado que o território recebeu sucessivos imigrantes, alguns dos quais criaram entidades políticas com várias organizações políticas. A economia é dominada pela agricultura, pecuária e comércio com o Norte, Sul e Leste. A prática, há pelo menos 3.000 anos, do cultivo de arroz húmido, depois da técnica de cultivo de arroz em mangais da costa, são os elementos notáveis de uma agricultura esclarecida.

A nível político, as mais antigas organizações políticas centralizadas surgiram com entidades como Bainouk-Kassang no Norte e Landuma-Pajadinka no Sul. As grandes convulsões ocorreram no final do século XIII com a anexação do reino de Bainouk pelo império do Mali e a sua reorganização em Mansayas. Durante o mesmo período, a zona costeira foi marcada por dois tipos de entidades: a Federação de Balanta, composta por uma federação de comunidades com uma organização não centralizada “aquilo que LOPES C. chamou de sociedade horizontal”, citando Amílcar Cabral, dá-nos uma descrição incompleta das etnias fula e mandinga ao compara-las com as sociedades horizontais do nosso país (Papéis, Balantas, etc.) no seu texto «Unidade e Luta» e a Nação Felupe/Djola, que era mais centralizada, todavia com numerosas recomposições políticas (SECGB, 2021, p.14)

A história de um povo é construída por diferentes etapas e a Guiné-Bissau é disso uma demonstração, tendo passado por diversas fases para se afirmar como uma nação, com uma história enraizada na etnicidade, demonstrando uma evolução ao longo do tempo, mas que continua numa perspectiva de conservação e evolução, mas com pouca atenção por parte do Estado ao domínio cultural. Neste sentido, é preciso ter em conta a diversidade étnica e a pluralidade social como elementos da construção social.

A evolução do quadro institucional para a cultura foi interrompida e passou pelas seguintes fases:

Após a independência nacional conquistada em 24 de setembro de 1973, o novo Estado criou entre 1975 e 1986 um Comissariado de Informação e Cultura, presidida pelo Presidente do Conselho de Estado - Presidente da República. As suas estruturas eram: o Ballet Nacional, a Orquestra Nacional «Cobiana Jazz», a Casa da Cultura, a Escola Nacional de Música «José Carlos Schwartz» e o Instituto Nacional de Cinema. Em 1984, foi criada a Direção-Geral da Cultura e o Instituto Nacional das Artes. SECG-B (2021 p.20)

Em 1986, o então Comissário responsável pela Cultura foi substituído pela Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto, criado pelas seguintes estruturas: (i) Direção Geral da Cultura; (ii) Direção Geral dos Desportos; (iii) o Instituto da Juventude; (iv) o Instituto Nacional das Artes; (v) Centro de Documentação de Música e Dança; (vi) o Atelier Gráfico de Nimba; (vii) a Casa da Cultura; (viii) Instituto Nacional do Cinema e do Audiovisual. Em 1988, foi criado o Museu Nacional etnográfico. SECG-B (2021 p.20)

Na nova orgânica é a partir do 03/03/2020, que é criado o ministério da cultura, há sempre uma mudança ao longo do tempo, muitas das vezes, o Ministério da Cultura está anexado ao Ministério da Educação, outras vezes está Secretaria Estado Cultura juventude e Desporto, nunca esteve isolado, a partir do 2019 a Secretaria do Estado da Cultura ficou isolado, em 2020 já volta a ter o Ministério da cultura Juventude e Desporto com uma Secretaria do Estado da Cultura, esta é a orgânica que está a funcionar presentemente com um Ministro e um Secretario do Estado da Juventude Cultura e Desporto. O secretário responde pelo Ministro”. (Entrevistado 3).

O departamento da Cultura está organizado em duas estruturas centrais: (i) a Direção-Geral da Cultura e (ii) a Direção-Geral do Património Cultural. Além disso, inclui cinco estruturas relacionadas com:

- Agência Nacional do Carnaval e Festividades, criada em 2019 e responsável pela organização do Carnaval nacional e das atividades conexas;
- Gabinete de Direitos de Autor, criado em 1988, junto do qual existe uma Sociedade de Gestão de Autores (SGA), criada em 1996 por operadores culturais;
- Instituto Nacional do Cinema e do Audiovisual, criado em 1978;
- Instituto Nacional de Promoção da Cultura na diáspora, mandatado para representar o Ministério da Cultura na diáspora, assegurar a participação digna dos artistas locais em eventos culturais na diáspora e reforçar a cooperação com os países de acolhimento da diáspora.

Como referido, a Guiné-Bissau é um país muito diversificado em termos étnicos, uma riqueza singular que o difere dos outros povos do continente africano em termos sociocultural, isso pode ser verificado em diferentes manifestações culturais do país.

Para Giddens (2013 p. 712), a etnicidade das práticas culturais e os modos de entender o mundo de uma dada comunidade permite que esta se distinga das outras. Os membros dos grupos étnicos vêem-se a si próprios como culturalmente distintos dos outros grupos de uma determinada sociedade, os quais, por sua vez, também os veem como diferentes. Características diferentes podem servir para distinguir os grupos étnicos uns dos outros, sendo as mais comuns a linguagem, a história ou a linhagem (real ou imaginária), a religião, os modos de vestir ou outros adornos.

Como definiu Carlos Lopes, “a etnia como uma entidade é caracterizada por uma mesma língua, uma mesma tradição cultural e histórica, pela ocupação de um mesmo território, por uma mesma religião e sobretudo pela consciência coletiva de pertença a essa comunidade (...)” (Lopes, 1982 p.33). O autor demonstrou ainda a evolução da história e a distinção da etnia e a racionalidade em Guiné-Bissau: “o que pretendemos, ao distinguir a racionalidade a que chamamos étnica da racionalidade dita do Estado, é mostrar as lógicas diferentes resultantes dos dois níveis de evolução histórica hoje presentes na Guiné-Bissau” (Lopes, 1982, p. 33).

Como é referenciado acima, “a língua oficial da Guiné-Bissau é o português, mas a população parece fazer maior uso do crioulo, português e das chamadas línguas locais, tais como Badiaranké, Bainouk, Balanta, Bayot, Cobia, Diola, Landoma, Tanda, Mancagne, Mandinga, Manjaco, Nalu e Papel”. Secretaria do Estado da Cultura (1<sup>SECG-B</sup> p.20).

A nossa cultura está a ser ameaçada, tendo em conta a situação geográfica, devido a influência de outras culturas dentro da nossa cultura, principalmente a língua crioula sofreu algumas alterações que são notáveis e se não tomarmos atenção, vai afetando aos poucos o que é o teor de ser, estar ou expressar”.

(Entrevistado 1)

Neste contexto, a língua crioula que une os guineenses é como um veículo que transborda o seu quotidiano para uma compreensão linguística, começando pela cidade até às zonas mais longínquas do país, exercendo uma função de entendimento (compreensão) no seio social, tanto pelos das zonas rurais (aldeias), como nas zonas urbanas da “cidade” e suburbanas.

### **1.1. Política Cultural**

No presente capítulo, debruçarmo-nos sobre a política cultural, considerando os diferentes pontos de vista dos autores sobre este assunto. Devido à natureza do trabalho é preciso conectar as ideias para uma compreensão das diferentes obras, a fim de construir uma ponte que sirva de transição dos horizontes do saber. A questão da política cultural não é apenas uma obra literária ou conjunto de ideias, mas sim um instrumento de aplicação para orientar como uma ferramenta aplicável na construção de ideias que resulta num instrumento aplicável.

Para Botelho (2001, p. 10), todas as políticas públicas de âmbito cultural também necessitam de prever, no seu planeamento, as suas fontes e mecanismos de financiamento. No entanto, é a clareza quanto às prioridades e às metas a serem alcançadas em curto, médio e longo prazos que possibilitará a escolha de estratégias diversificadas e adequadas para o financiamento das atividades artísticas e culturais

Como é referenciado por Chauí (1995 p.71), com a cultura política tratava-se de estimular formas de auto-organização da sociedade e, sobretudo, das camadas populares, criando o sentimento e a prática da cidadania participativa.

Neste sentido, a sociedade exerce um papel importante para a promoção e divulgação das atividades culturais, porque a cultura é praticada por eles e vivida no seu seio, com uma responsabilidade para a sua preservação e dos valores que são fundamentais para a salvaguarda das memórias coletivas.

A questão levantada pelo autor sobre a implementação da política cultural no Brasil (Chauí, 1995 p.80), permite oferecer alguns elementos para esclarecer a questão,

porque no Brasil, uma política cultural torna-se inseparável da invenção de uma cultura política nova, assinalando-se as dificuldades ou os desafios para implantá-la. Como suscitar nos indivíduos, grupos e classes a percepção de que são sujeitos sociais e políticos? Como tornar evidente que carências, privilégios, exclusões e opressão não são naturais nem impostas pela providência divina.

Ainda no mesmo raciocínio, em 2012, Rubim (citado por Bucal & Machado, 2022 p. 370), ao falar sobre políticas culturais no contexto brasileiro, considerou a instabilidade como uma das tristes tradições – e podemos indicar, não somente no Brasil, mas também em outros países afetados pela colonização/colonialidade, como Guiné-Bissau.

Numa perspectiva de descentralização, onde a sociedade de massas é integrada nas atividades culturais, onde se sente reconhecida e as atividades são realizadas de uma forma participativa, compreendemos que na sociedade onde as camadas populares estão bem presentes, suscita-se a criação de um sentimento onde a cidadania participativa é posta em prática. Esse estímulo serve de impulso para uma melhor valorização da cultura, no sentido de organizar as pessoas. Essa ferramenta de construção ajuda na compreensão dos diferentes aspetos, desde a funcionalidade à aplicação, onde a própria sociedade precisa dos seus elementos para melhor se orientar e isto com o envolvimento de todos.

Simis (2007 p.1) entende a política cultural como parte das políticas públicas, que possui diversas conotações, mas aqui genericamente significa que se trata da escolha de diretrizes gerais, que tem uma ação e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis, que no nosso campo é a difusão e o acesso à cultura pelo cidadão.

Nesta perspectiva, a política cultural é um instrumento que o governo elabora para ajudar na orientação, através das diretrizes e na implementação do plano traçado, com a finalidade de atingir os seus objetivos. Desta forma, o Estado impulsiona a criação de um espaço cultural para a sociedade, esta iniciativa visa permitir operacionalizar o setor, impulsionar e dinamizar a área através da ação pública da cultura.

Esta falta de ação pública no domínio da cultura é vista Santana, em 2015 (citado por Bucal & Machado, 2022 p.370), como uma ausência de políticas públicas voltadas para a cultura e pela instabilidade e crise política recorrentes no país, tendo, como caso mais recente, a crise político-institucional que teve início em 2015, com a demissão do primeiro governo da IX legislatura.

Na perspectiva de Moreira (2020 p. 40), sobre um Estado independente, as crenças místicas afirmam-se como importantes arenas de luta pelo poder político e conseqüentemente pelo domínio económico. O homem *matchu*-étnico não depende apenas da sua força física, mental e intelectual para se afirmar enquanto chefe ou enquanto guia, mas também da força simbólica e da força da tradição que afirme a sua pertença, por um lado, e a sua proteção e sacralidade, por outro.

Por outro lado, para Calabre (2014 p.147), a política cultural é a ação do poder público ancorada em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentos. Esta política é orientada para melhorar a qualidade de vida da população através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas, proporcionando à mesma o acesso aos bens culturais. Trata-se de uma ação voltada para todos os municípios e não para alguns segmentos da sociedade.

A política cultural, para Chaui (2006, p. 64-65), encontra-se “polarizada por carências profundas e privilégios cristalizados”, por isso, segundo este autor propor uma política cultural, supõe “decisões mais amplas, definição clara de prioridades planejamento rigoroso dos recursos (...),” numa perspectiva democrática, onde as prioridades são definidas de forma mais claras; isso implica, garantir direitos existentes, criar direitos e desmontar privilégios.

Salienta Ribeiro (2018, p.17), para uma melhor compreensão do termo, “cultura política refere-se assim às orientações especificamente políticas – as atitudes face ao sistema políticos e às suas várias partes, e atitudes em relação ao papel do indivíduo no sistema”. Na sua análise, a cultura é encarada como assunto de governo, como questão política, na sua interpretação.

De acordo com Miller Yúdice, numa referência de 2004 (citado por Nascimento, 2008, p. 3), a política cultural refere-se aos suportes institucionais que canaliza tanto a criatividade estética quanto os estilos coletivos de vida: é uma ponte entre os dois registos. A política cultural materializa-se em guias para as ações sistemáticas e reguladoras que adotam as instituições a fim de alcançar as metas. Em suma, é mais burocrática do que criativa ou orgânica.

O autor identificou dois registos no qual política e cultura se relacionam e os suportes institucionais que canalizam tanto a criatividade como a estética. O primeiro diz respeito a critérios constituídos por agentes artístico-culturais, com a arte funcionando como indicador de identidades, gostos e status. No segundo registo, a cultura indica

modos coletivos de vida, articulando as diferenças. O desafio das políticas públicas é fazer a ponte entre estes registos política cultural e desenvolvimento (Sousa, 2016, p.56).

Miller & Yude 2004 (citado por Sousa, 2016, p.56) acrescentam que a política cultural se refere ainda aos suportes institucionais que canalizam tanto a criatividade estética como os estilos coletivos de vida. Continuando na mesma linha do raciocínio de Miller & Yude “a política se faz há muito de forma involuntária, permeando espaço social de géneros que invocam um tipo específico da organização do público, passível 57 de manter e modificar os sistemas ideológicos cristalizados” (citado por Sousa, 2016 p. 56).

Coelho (2020, p.50), no seu estudo de política cultural, falou dessa política nos seus termos de avaliação, bem como sobre as próprias políticas e seus procedimentos de avaliação. Amparado o edifício de uma política cultural, costuma existir um propósito informacional ou educativo, em sentido formal ou informal, que surge como a principal justificativa para sua existência. É essa a herança iluminista para as políticas culturais.

Deste modo, assume-se, para efeito de desenvolvimento do texto, que a criação do Ministério dos Assuntos Culturais na França, com André Malraux, entre 1958 e 1969, na sua direção, pode ser tomada como este momento fundacional das políticas culturais, pelo menos no Ocidente. A missão de Malraux não foi apenas instituir o primeiro Ministério da Cultura existente no mundo, mas conformar uma dimensão de organização nunca pretendida para uma intervenção política na esfera cultural, como assinalaram Herman Lebovics e Rubim (2009, p.95).

Para Rubim (2009, p. 95), a intervenção do novo Ministério, não se deve esquecer, tinha também como objetivo a retomada do poderio cultural francês no Ocidente e no mundo, bastante abalado no período posterior à II Guerra Mundial, mas subordinava claramente esta perspetiva política a uma finalidade cultural. Se historicamente a relação entre cultura e política era sempre caracterizada pelo predomínio da finalidade política e pela instrumentalização da cultura, agora acontece uma radical guinada nesta história, inaugurando uma nova conexão, na qual a cultura era o fim e a política apenas o recurso para atingir este fim.

## **1.2. Democracia Cultural e Democratização da Cultura – a Cultura como motor para o desenvolvimento**

Uma nova fase para o setor, que procurou trazer diferentes dinâmicas, tido como fator do desenvolvimento em colaboração com outras instituições, uma área tão rica e complexa e atrativa, é o que procuramos completar. Para tal, vamos recorrer a diferentes teorias dos autores para sustentar a premissa de desenvolver a cultura na fase democrática, uma época diferenciada pela liberdade de escolha e aplicação das leis na afirmação dos direitos de igualdade, assim como a afirmação de ser social, em que se fala da facilitação e do acesso aos materiais, assim como aos espaços públicos onde as atividades culturais possam ser desenvolvidas. Lacerda (2010, p.3) diz que a lógica inaugurada por Malraux persistiria no governo francês, que mesmo durante a gestão de Jack Lang no Ministério (1981 – 1991) investiu no estímulo ao aumento da frequência a eventos e equipamentos culturais, tais como museus, teatros, centro culturais, concertos, recitais adotando uma política de redução dos preços dos ingressos desses eventos/práticas, ou até mesmo gratuidade, já que assim, naturalmente, um público maior e mais diversificado seria atraído. Neste contexto, os acontecimentos marcaram uma nova era para o setor em termos da acessibilidade.

Num olhar mais abrangente sobre uma estratégia, Lacerda (2010 p.3) diz que a escolha estratégica pela facilitação do acesso aos equipamentos culturais fundamentava-se numa crença de que a má distribuição ou ausência desses espaços, ou até mesmo o elevado valor cobrado por eles, seriam os maiores empecilhos, de origem material, para o abismo existente entre a cultura erudita e a classe popular.

Baseado na afirmação do autor sobre a democracia, visto como uma “questão da época contemporânea”, esse veio trazer do ponto de vista estrutural um novo paradigma, dando assim a dinâmica numa era com maior apreço para a sua funcionalidade institucional, podendo-se considerar como um impulso em volta daquilo que é o maior dinamizador social.

A implementação da democracia cultural e a democratização da cultura no mundo e em alguns países que seguiram um processo de elevado valor humano e com muita relevância para a sociedade no que se diz respeito à sua valorização, sistematizando-a na organigrama da governação que podemos considerar como suporte do plano governativo para área, prevê a inclusão do público de uma forma mais participativa, sentindo-se valorizado nas tomadas das decisões na representação do seu grupo social e comunidade,

uma mudança positiva em relação a sua contribuição como um ser cultural. Neste sentido, Sampaio & Mendonça explicam que:

(...) o paradigma da Democracia Cultural é um modelo de gestão da cultura que começa a ser trabalhado no final da década de 1960, na França, e tem como base a noção de *direitos culturais*, quando a ONU reconhece o direito à cultura e à participação do indivíduo na vida cultural da comunidade como direitos básicos do ser humano, que devem ser garantidos por todos os Estados-membros. É essa mudança na forma de compreender o direito à vida cultural do indivíduo e dos grupos, presente na noção de Direitos Culturais, que vai embasar as mudanças na forma de se pensar as políticas públicas para a cultura. (Sampaio & Mendonça, 2018 p.18)

Ainda na mesma perspectiva, para Sampaio & Mendonça, o ministro dos Assuntos Culturais, confiado por De Gaulle a André Malraux, foi idealizado como responsável do projeto civilizador francês, no qual “a Arte e o Grande Patrimônio eram concebidos com uma espécie de substitutos funcionais da religião” (2018, p.20). O projeto político de Malraux, assentado no que passa então a se denominar Democratização Cultural, estava fortemente pautado nos valores do Iluminismo e no imaginário de Revolução, sendo importante, portanto, destacar que: as duas perspectivas distintas, do individual para coletivo como um processo cultural e civilizacional (Sampaio & Mendonça, 2018 p.20). A ideologia das luzes toma a cultura no singular, enquanto totalidade, entidade que se opõe intrinsecamente à Natureza constituindo o cariz distintivo da humanidade e, por conseguinte, aproximando-se do processo civilizacional, centrando-se a cultura no afinamento das disposições individuais e a civilização nas dinâmicas coletivas.

Por outro lado, o governo cria as políticas públicas das acessibilidades, assim como das ações afirmativas no que diz respeito às especificidades que existem na Guiné-Bissau em termos da diversidade. Cada grupo étnico tem as suas diversificadas formas de ver o mundo, respeitando a filosofia acredita na cosmovisão. A Guiné-Bissau é rica neste sentido, em qualquer país que seja, o governo deve apoiar, financiar para que o país possa avançar, pois a cultura é umas das alavancas para o desenvolvimento de qualquer sociedade que seja.

Para Sampaio & Mendonça (2018, p.19), a vida cultural do indivíduo não se faz apenas através do uso do chamado tempo livre e do dispêndio de dinheiro, mas comporta também atitudes em períodos em que o que domina não parecer ser cultural, como o

tempo do trabalho, do transporte, por exemplo. Continuando com o Botelho (2001), (citado por Sampaio & Mendonça, 2018 p.19), é dentro dessa percepção na qual a cultura é tida como um direito do ser humano que, a partir do ano de 1968, vai-se começar a pensar a Democracia Cultural. O paradigma da Democracia Cultural desenvolve-se a partir de uma reflexão e crítica dos projetos para a área de cultura, que se baseavam no paradigma da democratização da cultura (Sampaio & Mendonça, 2018 p. 19)

A cultura é praticada e vivida em qualquer sítio, seja onde for. Todos estes elementos, que podemos denominar conjunto de emoções dentro das nossas relações quotidianas, podem interferir, de uma forma direta ou indiretamente, não só na questão cultural, mas sim em sociedade em geral do pensamento coletivo.

Para Barbalho (2012, p.158), se sairmos dos pensamentos redutores acerca da cultura e suas políticas, sejam os de matriz conservadora, sejam os críticos, veremos que os movimentos sociais atuam na interface desses dois campos, de modo que as suas reivindicações por direitos e igualdades estão indissolúvelmente ligadas aos vetores de sentido e visões de mundo que colocam em funcionamento em suas lutas. Podemos voltar a pensar sobre as políticas públicas da cultura, no domínio da conservação, da valorização e da participação dos indivíduos nas atividades para a área e sobre a importância do governo na criação das ferramentas para o desenvolvimento do setor cultural, pensando na inclusão das massas dentro do plano governativo.

A questão das acessibilidades demonstra que é preciso criar políticas públicas e a descentralização. As leis devem plasmar-se nessas políticas, começando pelos direitos dos autores, pelos movimentos artísticos, a exibição das obras, entre tantas outras.

No âmbito da proposta do UNESCO sobre a participação dos cidadãos para a elaboração de suas políticas culturais, segundo Barbalho (2012 p.160), desde o início dos anos de 1980, a UNESCO vem propondo aos países membros que levem em consideração a participação dos cidadãos no momento de elaboração de suas políticas culturais. A Declaração do México sobre as Políticas Culturais, de 1983, recomenda explicitamente a necessidade de “multiplicar as ocasiões de diálogo entre a população e os organismos culturais”. (Barbalho, 2012, p.160)

Em relação à criação da política cultural para que os cidadãos possam participar de uma forma ativa nas atividades culturais, propondo as suas ideias como agentes culturais com uma linha orientadora para a materialização e implementação das suas ideias, transportando isso das suas mentes para o papel, por termos um caminho uma

meta, então, para isso precisamos de colocar tudo na prática, não basta termos a programação na teoria e não na prática a evolução artístico, depende muito deste caminho.

## **Capítulo II: A GUINÉ-BISSAU NA SUA DIVERSIDADE CULTURAL, IDENTIDADE DE UM POVO E A SUA HISTÓRIA**

Conhecido como um país de mosaico étnico, rica na sua diversidade cultural com vários grupos étnicos, em que cada grupo étnico tem as suas manifestações culturais, tudo isso multiplica o que chamamos do mosaico étnico, embora, sem aproveitamento por parte dos sucessivos governos, pois esta abordagem sobre a diversidade cultural, identidade de um povo, pode construir um novo paradigma cultural guineense. Tal justifica uma referência.

As diferenças étnicas e linguísticas na Guiné-Bissau produziram grande variedade a nível da dança, das expressões artísticas do traje, da tradição musical e das manifestações culturais em geral.

Para Lopes (2020, p. 44), os países africanos destacam-se pela diversidade, esta pluralidade afeta a evolução política, as dimensões étnicas, religiosas, linguística, especial, de género e de classe, e contribuem todas para a criação de um quadro complexo. O continente africano possui cerca de 2110 línguas vivas, representando quase 30 por cento do total mundial.

De acordo com Castells (1942, p.71), ao longo da história da humanidade, a etnia sempre foi uma fonte fundamental de significado e reconhecimento. Trata-se de uma das estruturas mais primárias de distinção e reconhecimento social, como também de discriminação, em muitas sociedades contemporâneas, dos Estados Unidos à África Subsaariana. Ainda nesta linha do pensamento de Castells sobre a etnia vem sendo especificada como fonte de significado e identidade, a ser integrada não com outras etnias, mas de acordo com princípios mais abrangentes de autodefinição cultural, como religião, nação ou género (Castells, 1942, p.72)

Numa abordagem de Cabral (1978, p.140), na Guiné, a cultura do nosso povo é o produto de muitas culturas da África: cada etnia tem a sua cultura própria, mas todas têm um fundo igual de cultura, a sua interpretação do mundo e as suas relações na sociedade. E sabemos que embora haja populações muçulmanas, no fundo eles também são animistas, como os balantas e os outros. Acreditam em Ala, mas também acreditam no «iram» e nos «jambacosses».

Fundamentando a sua crença pela espiritualidade dos ancestrais, deste modo, fazendo uma ligação entre dois mundos diferenciados pelos nomes, mas com o mesmo objetivo de

acreditar num só Deus: “têm Alcorão, mas também têm o seu «gri-gri»<sup>1</sup> no braço e outras coisas. E o sucesso do Islamismo na nossa terra, como na África em geral, é que o Islão é capaz de compreender isso, de aceitar a cultura dos outros, enquanto os católicos querem acabar com isso tudo rapidamente só para crerem na Virgem Maria, na Nossa Senhora de Fátima e em Deus Nosso Senhor Jesus Cristo” (Cabral. 1978, p.140).

A contribuição da cultura foi importante no processo da luta de “libertação nacional”, como processo histórico, e da relação da mesma com a natureza e a visão futura de como os guineenses podem tirar proveito desses momentos a fim de desenvolver a sua arte.

Para Cabral (1978, p.141), a luta era baseada na “nossa” cultura, porque a cultura é fruto da história e ela é uma força. Mas a “nossa” cultura é cheia de fraqueza diante da natureza. É preciso saber isso. E podemos dizer mais, por exemplo: há certas danças guineenses que mostram as relações do homem com a floresta, em que aparece gente vestida de palha, com ar de pássaros, outros como grandes pássaros, com um grande bico, gente que corre com medo. Podemos fazer muitas danças com isso, mas temos de ultrapassar, não fiquemos só por aí. Podemos guardar a lembrança de todas essas coisas, para desenvolver a nossa arte, a nossa cultura, que apresentamos aos outros.

De acordo com Lopes (1982, p.19), quando explora as origens do povo guineense, no seu livro *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*, onde desenvolveu um estudo sobre a organização social e estrutural com principal foco na hierarquia do poder tradicional e a chegada dos diferentes grupos étnicos a sua ocupação numa determinada zona, com uma narrativa centralizada na etnicidade, explica que:

[...] Os povos que habitam o litoral da Guiné-Bissau foram vítimas, nos séculos XIII e XIV, da rejeição das etnias de origem mandé<sup>2</sup> chegadas ao centro do país. Ainda hoje se distinguem hábitos sociais diferentes entre as etnias do litoral e as do Leste: as primeiras animistas, vivendo num regime comunitário sem Estado, e as outras, islamizadas, tendo já uma estratificação social e organizadas em forma de Estado.

Os principais grupos étnicos do litoral são os Diolas/Balantas, os Manjacos, os Beafadas e Nalus e os Bijagós/Cocolis/Pajadincas que habitam o arquipélago dos Bijagós e as ilhas próximas da costa.

---

<sup>1</sup> A expressão "gri-gri", é uma designação genérica na crença ligada aos espíritos africanos especialmente, na Guiné-Bissau, uma espécie de instrumento que se usa nos braços ou na cintura como sinal de proteção dos males dos inimigos.

<sup>2</sup> Os Mandê, também conhecidos como Mandês ou Mandé, são um grupo étnico da África Ocidental. Os falantes das línguas mandes são encontrados em vários países, incluindo a Guiné-Bissau. Os Mandingas são um dos subgrupos dos Mandês.

No interior temos os Mandingas vindos do Alto Níger, e que se instalaram na região de Kaabú, dominado o Império do Mali, e os Fulas que chegaram no século XV, mas que se espalharam pela Guiné sobretudo depois da sua conquista do Fula Djalón no século XIX.

A história antiga da Guiné-Bissau quase se confunde com a dos reinos mandingas. A desintegração do Império do Mali no século XVI deu origem a vários Estados autónomos no Oeste africano antes dominado por Niani (capital do Império do Mali). Entre estes Estados conta-se o reino de Kaabú com Kansal como capital. A mansa (rei) tinha o controlo das dependências territoriais (farins) que ele deixava sob jurisdição de príncipes escolhidos entre as famílias reputadas (Sané Mané), e a transmissão de todos os poderes fazia-se segundo tradições matrilineares.

No século XVII existiam já contactos regulares entre o reino de Kaabú e os entrepostos comerciais portugueses da época: Ziguinchor, Cacheu, Geba e Farim.

Os Almanis do Fula Djalón destruíram o reino de Kaabú e estabeleceram a dominação dos Fulas na região. Os povos da litoral forma normalmente integrados no Império do Mali, até à sua desagregação, mas só os Felupes e os Banhuns elegeram os reis segundo o modelo dos Mandingas (mansa) (Lopes, 1982, p.19-20).

Para Mendes (2019, p.2), a Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental de África, limitada a norte pela República do Senegal, a leste, a sul pela República da Guiné-Conacri e a Oeste pelo oceano Atlântico. O território guineense possui uma superfície de 36.125 km<sup>2</sup>. Além do território continental, o país tem a parte insular formado pelos arquipélagos dos Bijagós, composto por 88 ilhas e ilhéus, localizadas na costa do Oceano Atlântico, separados do continente pelos canais do Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque. A população é de 1.530.673<sup>2</sup> habitantes.

Na perspectiva de Lopes (1982, p.13) a compreensão de uma formação social africana passa necessariamente pelo estudo da etnia, do Estado e das relações de poder. A Guiné-Bissau não escapa à regra generalizada após os atribulados anos de transformação pela independência do quadro político.

O autor reforça essencialmente a importância dos grupos étnicos na construção social e na formação do Estado, devido à construção social da sociedade africana, que é feita na base dos usos e costumes e dos valores tradicionais, com principal foco nos anciãos que desempenham um papel importante nas tomadas de decisão nas comunidades e que também são um estreito elo entre o poder tradicional e o Estado.

Segundo a SECG-B (2021, p.7), a cultura de um povo, enraizada nas diversidades étnicas, contribui para a construção da sua identidade. Assim, a Guiné-Bissau é um país construído com os seus passados, como qualquer outro, e é essa influência que nos faz

um povo com as suas histórias desde a época colonial até nos dias de hoje, um país independente quando “em 24 de setembro de 1973 o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) proclamava, unilateralmente, a independência da Guiné-Bissau (idem)”, como se pode ver no Plano Estratégico para a Cultura da Secretaria de Estado da Cultura da Guiné-Bissau (SECG-B, 2021, p.7).

Como se refere, “Com uma população de cerca de 1.800.000 habitantes em 2020, a Guiné-Bissau é construída por cerca de trinta grupos étnicos – embora quinze são mais demograficamente expressivos que praticam várias religiões, incluindo religiões tradicionais e religiões “do livro”. A língua oficial da Guiné-Bissau é o português, no entanto mais de 90% da população usa crioulo, com base originária português, como a sua forma preferencial de comunicação. Por outro lado, toda a população originária de algum grupo étnico – Balanta, Mancanha, Bijagós, Papel, Mandinga, Biafada, Fula, Nalu, Felupe, Cassanga, Baiote, Tanda, Sosso, Manjaco, etc. afirma que a língua étnica é a sua língua primeira de comunicação e só depois segue o crioulo.

A diversidade étnica da Guiné-Bissau é, de facto, uma grande riqueza cultural e isso demonstra a rica diversidade sociocultural que pode servir de cartão de visita para o país.

Gomes (2007, citado por Mendes, 2019, p. 91), refere o contexto das diferentes culturas, marcadas por singularidades advindas dos processos históricos, políticos e também culturais por meio das quais foram construídas. Portanto, a diversidade cultural deve ser vista como um tema e não como disciplina, sim como um eixo que orienta as experiências e práticas curriculares. Neste sentido, é preciso reconhecer não apenas a diversidade no seu aspeto regional e local, mas a sua presença enquanto construção histórica, cultural e social que marca a trajetória humana, revendo o nosso paradigma curricular. De acordo com este autor, devemos falar da diversidade no sentido da descentralização em termos culturais, pois existe uma história particular marcada por séculos de existência. Por outro lado, a forma como deve ser encarada esta diversidade, dando uma outra visão ao sentido, deve estar baseada numa proposta de mudança não só estrutural, mas também social, através dos instrumentos orientador para a sua aplicação, relembrando ainda que, isso faz parte da nossa trajetória enquanto humanos.

Numa outra perspetiva, uma visão mais abrangência sobre a cultura, para Barbosa, (2013 p.06) a cultura abrange a língua e as diferentes formas de linguagem e de comunicação, os usos e costumes quotidianos, a religião, os símbolos comunitários, as formas de apreensão e de transmissão de conhecimentos, as formas de cultivo da terra e

do mar e as formas de transformação dos produtos daí extraídos, as formas de organização política, o meio ambiente enquanto alvo de ação humanizadora. Cultura significa humanidade, assim como cada homem ou mulher é, antes do mais, conformado pela cultura em que nasce e se desenvolve.

Para Augel (2007, citado por Mendes, 2019, p.91), a Guiné-Bissau é um país, como quase todos os países africanos, constituído por grupos populares de origens diversas. O mosaico étnico da Guiné-Bissau é muito variado, tendo sofrido no decorrer dos séculos muitas alterações. A migração, as guerras de conquista e a colonização desempenharam um papel importante na redistribuição e nos entrecruzamentos populacionais.

Essas alterações sofridas no decorrer do tempo, que é influenciado por diversos fatores, são acompanhadas também por uma dinâmica que é tida como uma ameaça em termos culturais devido à situação geográfica do país.

## **2.1 Identificar os patrimónios culturais como parte da nossa história, na construção das memórias coletivas**

A Guiné-Bissau é um país rico e diversificado em termos do património cultural. O setor autónomo de Bissau, é uma cidade com suas estruturas arquitetónica com sua origem na época colonial, com uma mescla estrutura devido ao crescimento e alargamento da cidade.

Por outro lado, a cidade de Bissau apresenta uma zona formal urbanizada e outra informal desde a época colonial, que constitui o centro da cidade, onde se encontram concentradas quase todas as infraestruturas urbanas que a cidade dispõe. Com o alargamento da cidade, passou a incluir anteriores zonas periféricas da cidade. A cidade possui grandes infraestruturas históricas, os monumentos históricos importantes, neste sentido funcionando como construtores da nossa história. Os patrimónios culturais podem ser materiais, imateriais, naturais, móveis e imóveis.

De acordo com o Plano Estratégico da Secretaria de Estado da Cultura da Guiné-Bissau, o património cultural significa «todos os bens culturais, naturais, móveis, imóveis, imateriais, públicos ou privados, religiosos os seculares, de que a preservação ou conservação é de interesse histórico, artístico, científico, lendário ou pitoresco» (SECG-B, 2021, p. 20). O património natural é constituído por elementos naturais, formações

geológicas e fisiográficas e sítios naturais demarcados, ou áreas que são de grande importância do ponto de vista da diversidade biológica e para as comunidades.

Segundo a Carta da Política Cultural do governo da Guiné-Bissau, a lista do Património Cultural Mundial da UNESCO não abrange quaisquer bens da Guiné-Bissau. Como explica esta carta, mesmo assim, este contribui significativamente para a economia nacional, com uma soma 492.425.500 FCFA que equivale a 750.697,84 Euros, segundo estes dados foram registados em 2016, estas foram as receitas geradas pela exploração de sítios e monumentos históricos (SECG-B, 2021 p.23).

De acordo com Mendes (2012, p.13), combinando, pois, as expressões portuguesa e inglesa, podemos com propriedade afirmar que todos somos herdeiros e que o património cultural é a nossa herança cultural.

Pires falou sobre direito à herança cultural numa perspetiva mais abrangente, (Pires, 1994 p.1). Os Direitos Humanos abarcam em sua amplitude o direito à herança cultural, seja na perspetiva dos indivíduos, seja na da sociedade, devendo possibilitar a expressão e a vivência coletiva desses valores.

Ainda nesta mesma perspetiva, para Pereira (2006, p.24), o património cultural tende a ter um sentido público, comunitário e de identificação coletiva alargada. Pelo contrário, o património, ainda que às vezes se utilize com sentido de património cultural, tem um sentido mais restrito, familiar e individual, fazendo mais referência ao contexto privado e particular.

No que se refere a este ponto, o património cultural é falado no Decreto Presidencial de 02 de março de 2020, destacando-se neste ponto o papel atribuído à Secretaria de Estado para a Cultura da Guiné-Bissau de promover “uma política adequada no domínio da valorização e salvaguarda do património cultural nacional”. (SECG-B, 2021, p. 18)

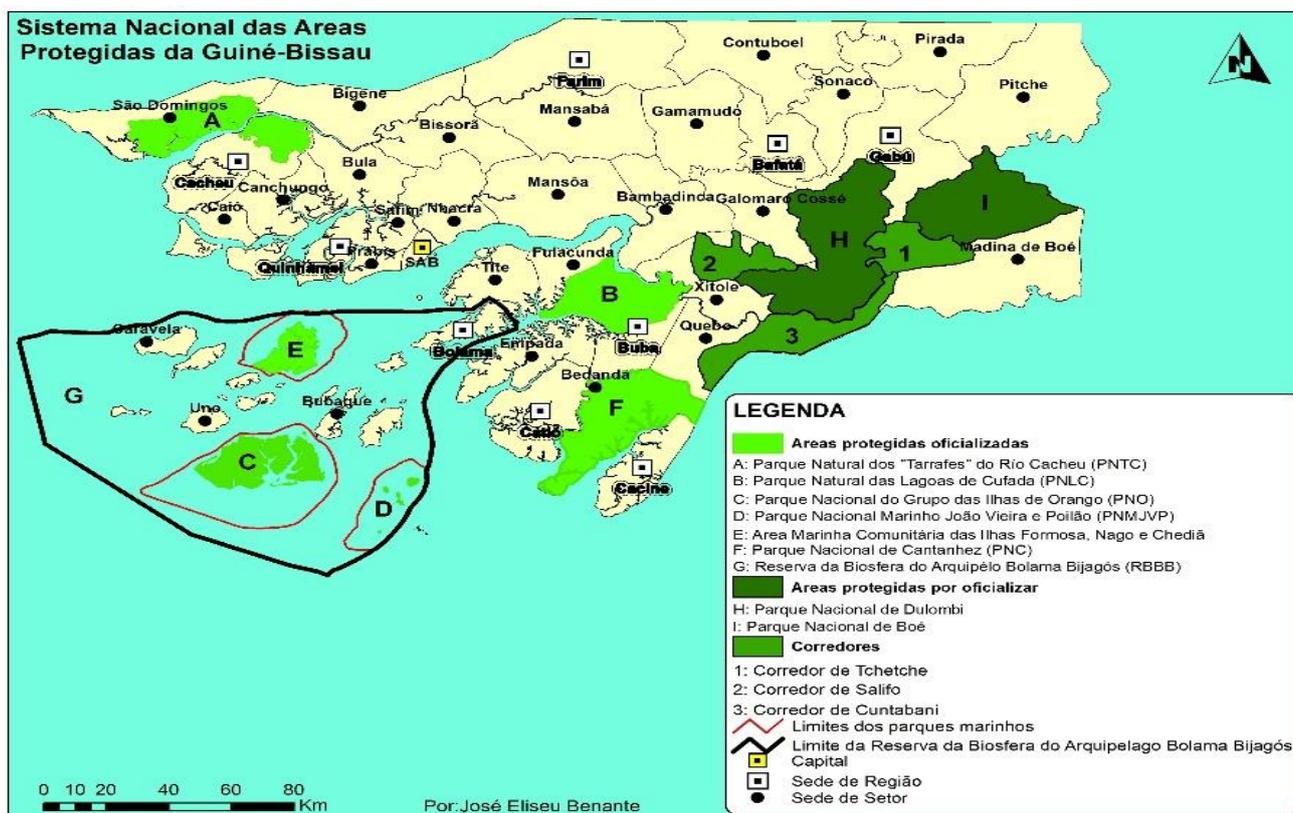
Numa abordagem sobre a importância do UNESCO destacado na conferência de Paris, de 1972, sobre a Convenção do Património Cultural; segundo Jardim (2020 p.27), explica-se que é importante destacar que o papel da UNESCO, um papel que é fundamental para o reconhecimento e a operacionalização dos conceitos relativos ao património cultural e ao impulso na instituição e formalização de políticas de preservação e salvaguarda do património, tanto material quanto imaterial, no mundo. No intuito de incentivar a identificação, proteção e preservação do Património cultural e natural no mundo, considerado valor para Humanidade, os Estados-membros estabelecem na 17.<sup>a</sup>

Conferência Geral da UNESCO, em Paris, no ano de 1972, a Convenção do Património Cultural.

A lista indicativa do património cultural e natural da UNESCO inclui apenas um bem do património natural da Guiné-Bissau, que é a Reserva da biosfera do arquipélago dos Bijagós, reconhecida em 16 de abril de 1996. Este arquipélago é constituído principalmente por parques nacionais. O país dispõe de um sistema nacional de proteção das zonas protegidas (SNAP), composto por seis zonas protegidas e três corredores que representam 16 % do território nacional (SECG-B, 2021, p. 25).

Este esforço de delimitação exige medidas de proteção sólidas, por via de inclusão na lista do património mundial cultural. Para tal, será necessário preparar o processo de registo no âmbito dos esforços combinados dos serviços responsáveis pelo ambiente, no sentido lato do termo, para a parte técnica e da cultura de portabilidade.

**As áreas e corredores protegidos são apresentados a seguir.**



**Mapa n.º 1:** Zonas protegidas e corredores ecológicos da Guiné-Bissau. Mapa da situação atual do SNAP com os seus oito (8) parques e três (3) corredores ecológicos).

**Fonte:** Secretaria do Estado da Cultura da Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau como estado membro da UNESCO, assinou e ratificou várias convenções sobre património cultural material como imaterial. Para o setor cultural, o Estado da Guiné-Bissau ratificou várias convenções em diferentes aspetos, relativamente ao património cultural como é abordado na carta da política cultural:

A nível setorial, a Guiné-Bissau ratificou várias convenções culturais internacionais, incluindo a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas de 1886 e três convenções da UNESCO relativas ao património cultural, incluindo as de 1972, 2001 e 2003. Todos estes acordos servem de base para a implementação da ação pública no domínio da cultura. A Guiné-Bissau deve concluir o processo de ratificação da Convenção da UNESCO de 2005 sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, a fim de adotar políticas e medidas que promovam o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas.

Devem ser ratificadas as seguintes quatro convenções e aplicadas as suas orientações operacionais: (I) A convenção de 1954 relativa à Proteção dos Bens Culturais em caso de conflito Armado; (ii) a Convenção de 1970 sobre as Medidas a adotar para Proibir a Impedir a Importação a Exportação e a Transferência Ilícita da Propriedade de Bens Culturais; (iii) a Convenção UNIDROIT de 1995, que completa a Convenção de 1970; (iv) a Convenção 2005 sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005. Esta operação envolverá igualmente a aplicação das disposições destas convenções nas políticas públicas, através da criação de órgãos de interministeriais encarregar de acompanhar a aplicação e elaboração de relatórios periódicos. (SECG-B, 2021 p.45,46)

Neste sentido, há uma outra sustentabilidade que está inserida na mesma linha dessa política cultural do governo de iniciativa presidencial (SECG-B, 2021, p.7-8), que é a ação pública no domínio da cultura que procura promover o património cultural palpável, em particular as coleções de objetos, sítios e monumentos pré-coloniais, mas sobretudo o património cultural imaterial, que assenta nas tradições e expressões vivas herdadas da história. Está também orientada para o desenvolvimento dos setores culturais e artísticos, os mais conhecidos dos quais são as artes performativas e festividades, o setor do cinema e audiovisual, as artes plásticas e artes e ofícios, e a literatura (SECG-B, 2021, p.7-8).

Numa abordagem sobre a fraca legislação cultural sobre património, é visível a falta de leis que devem ser aprovadas como alicerce que permitam funcionar para o seu

desenvolvimento. Estou a falar de leis do património cultural que não existem ainda, da revisão do código do direito do autor que já foi feito, mas que não foi aprovado ainda, algumas convenções que ainda não foram aprovadas. Para Silveira (2014 p.14) o direito do criador intelectual sobre suas obras só foi sentido integralmente quando o homem se tornou capaz de reproduzir e difundir em escala ampla as obras do espírito.

Na perspetiva de AKESTER, (2013 p.10) hoje, o direito de autor protege bens culturais intangíveis de natureza diversa, musicais e artísticas, às obras advenientes da revolução digital. Como ramo do Direito, rege os direitos outorgados aos autores a («direitos de autor»), bem como os direitos atribuídos aos artistas intérpretes ou executantes, aos produtores de fonogramas ou videogramas e aos organismos de radiodifusão («direitos conexos»), direitos esses que são frequentemente denominados, em geral, como «direito de autor».

Falo ainda da ausência das infraestruturas culturais, pois não temos uma Biblioteca Nacional, falta um Museu Nacional do Arquivo Histórico e do anfiteatro para grandes eventos.

Os grandes eventos atualmente como concertos ao vivo são realizados nos estádios de futebol (24 de setembro e Lino Correia), apesar da existência dos centros culturais na cidade, mas os espaços são limitados em termos do acolhimento do público, em relação a este aspeto, os anfiteatros são de pequenas dimensões, Centro Cultural Brasil Guiné-Bissau com cerca cem (100) lugares, Centro Cultural Português com mais ou menos cento e quinze lugares (115) lugares e o Centro Cultural Franco Bissau-Guineense com duzentos e dezanove ( 219) lugares, isto demonstra claramente a necessidade e a importância de construir um anfiteatro com capacidade e dimensão, tendo em conta a densidade populacional de cada zona e a margem de progressão do crescimento, a única biblioteca nacional da cidade é a do Instituto Nacional Estudos e Pesquisa (INEP), foi destruída na guerra civil de 1998, o processo de recuperação, reabilitação e preservação, levou vinte anos (20), porque não era a prioridade do governo, por causa da reconstrução do país, associação dos bibliotecários, das ativistas e documentalistas, preocupado com a situação decidiram elaborar um projeto chamado resgate da memória nacional, que consiste na recuperação, preservação e salvaguarda das memórias nacionais, a prática da leitura consiste no acesso as bibliotecas, neste sentido a única biblioteca nacional que antes era uma das referências na costa da África Ocidental, está na fase de recuperação.

Estes conjuntos de vazios que existem no domínio da cultura são condicionados pelo próprio Estado.

Por outro lado, a não criação e aprovação dessas leis patrimoniais enfraquece ainda mais o setor a nível institucional e social, se olharmos para uma perspectiva mais abrangente. É nesta e noutras perspetivas que o ex-secretário do Estado da Cultura falou do património cultural em termos linguísticos, como uma riqueza diversificada como é referenciado por alguns autores.

De acordo com Jardim (2020, p.58), numa entrevista do ex-secretário de Estado da Cultura da Guiné-Bissau, António Spencer Embalo, que esteve à frente da Secretaria de Estado da Cultura no período entre 04 de julho de 2019 e 27 de fevereiro de 2020, dada a ONU News44 e datada de 25 de fevereiro de 2020, foi referido:

uma das nossas maiores riquezas é o facto de, praticamente, todos os grupos étnicos na Guiné-Bissau são representados também com a sua própria língua. Significa que o último recenseamento geral da população aponta 30, 32 grupos étnicos. E todos os grupos têm a sua língua. Então podemos assumir que temos pelo menos 32 línguas maternas. As diferenças étnicas e linguísticas produziram grande diversidade nas expressões culturais como a dança e na música tradicional entre outras manifestações (Jardim, 2020, p.58).

Esta riqueza linguística é muito importante em termos da comunicação e pode facilitar o dia a dia das populações e o relacionamento entre as pessoas das comunidades e as pessoas das zonas urbanas,

### **Capítulo III: O PAPEL DO ESTADO NA CULTURA: ORIENTAÇÕES E PLANO DIRETOR**

O papel do Estado no âmbito da cultura, “não é de produzir a cultura”, mas sim o de elaborar uma política pública no domínio da cultura, que vai ser capaz de orientar o setor através dos planos estratégicos definidos com objetivos a atingir. Estas ferramentas servem como um organograma e manual de apoio para a sociedade no sentido de ajudar na implantação de acordo com as leis e as regras estabelecidas,

Na perspectiva de Simis (2007, p. 3), no Estado democrático, o papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim, formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois, a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar a sua visão de mundo em todos os sentidos.

O departamento da cultura desempenha um papel central no estabelecimento dos princípios da gestão baseada em resultados, bem como do sistema de cooperação, regulação, proteção, incentivos e informação. Para o efeito, coordena a implementação dos planos de ação da política.

Estes princípios podem ser vistos como uma ferramenta com base na fundamentação das leis, que visa a melhoria do seu funcionamento através das gestões feitas pela Secretaria para ajudar na implementação da sua política, começando pelas leis bases que são princípios que orientam esta estruturas e a sociedade em geral.

Na Carta da Política Cultural, elaborada pelo governo da iniciativa presidencial, é falada também a importância ou o papel da sociedade civil no que se refere à implementação da política cultural (SECG-B, 2021 p. 59). Para tal devem contribuir para a informação e para o reforço das capacidades operacionais e organizacionais dos atores, para a defesa da mobilização de recursos, para a realização de infraestruturas, para a promoção de valores, conhecimentos locais e identidades culturais, para a boa governação da política e para a monitorização e avaliação da política cultural.

Neste sentido, a sociedade civil exerce um papel importante para a promoção e divulgação das atividades culturais, uma vez que a cultura é praticada e vivida por eles, com a responsabilidade na sua preservação e dos valores que são fundamentais para a sua salvaguarda das memórias coletivas.

Para Chauí (1995, p. 83), refere os direitos à participação nas decisões públicas sobre a cultura, por meio de conselhos e fóruns deliberativo, nos quais as associações artísticas e intelectuais, os grupos criadores de cultura e os movimentos sociais, através de representantes eleitos, pudessem garantir uma política cultural distanciada dos padrões do clientelismo e da tutela.

Com base nesta afirmação e também como é referido num dos pontos, o direito à participação é consagrado nos artigos e deliberações feita pelo governo com este direito onde a liberdade participativa e a emissão das suas opiniões, dos seus pontos de vistas em relação as tomadas de decisão, ajudará a própria estrutura governativa a compreender as ideias da comunidade sobre aquilo que pensa de um determinado assunto, face à sua realidade, e como pretende ser dirigido na base da sua crença, respeitando a sua vontade sem por em causa as demais leis.

Onde as autoridades tradicionais e religiosas devem fazer parte, são conhecidas pelos importantes papéis desempenhada nas comunidades e sociedade em geral. Pela sua influência e por serem respeitados pelas comunidades quando emitem as suas opiniões, os anciãos são guardiões das memórias, como é denominado em crioulo “garande e biblioteca”, pelas suas gigantes memórias do passado, transmitindo-a através das oratórias de geração em geração.

### **3.1 Plano público para a cultura 2021-2030**

Podemos voltar a pensar um pouco sobre as políticas públicas para a cultura como forma de desenvolver e descentralizar o setor e de tornar acessível, para a maioria dos fazedores da cultura, inovar e criar condições para que possam desenvolver as suas atividades através desse Plano Público da Cultura que serve como uma ferramenta de orientação.

Para L. Calabre (2013, p. 3), a construção do Plano Nacional de Cultura (PNC) foi um processo de longa duração, que ocupou parte dos dois mandatos do Presidente do Brasil, Lula da Silva, e deve ser analisado como um grande exercício de democracia participativa. O texto final, ainda que muito amplo e difuso, buscou, no próprio dizer do Ministério da Cultura, “abranger as demandas culturais dos brasileiros e brasileiras de todas as situações económicas, localizações, origens étnicas, faixas etárias e demais situações de identidade” (MINC, 20090, citado por Calabre, 2013, p. 3).

Na perspetiva de L. Vilitis (2014 p.136), partimos do pressuposto de que a democracia é um processo de permanente construção e tensão, com graus variados de

intensidade. Por esta razão, na reflexão aqui proposta, reconhecemos o processo de democratização do Estado brasileiro. A análise do Plano Nacional de Cultura situa-se na compreensão de que se este não é o primeiro Plano Nacional de Cultura do País, é o primeiro a ser formulado no Estado democrático de direito.

De acordo com De Mattia (2014, p.101), a construção de sistemas e planos de cultura configura uma grande mudança nas políticas de cultura. Salienta ainda que, além disso, a orientação dada pelo Ministro da Cultura ressalta a importância da participação social na elaboração do plano, envolvendo os diversos atores e instituições.

Por outro lado, na abordagem de A. A. C. Rubim (2008, p.60) disse que o PNC pode dotar o país de políticas culturais de médio e longo prazo, enfrentando simultaneamente nossas três tristes tradições no campo das políticas culturais: ausência, autoritarismo e instabilidade.

É de referir ainda que, segundo Rubim (2008, p. 60), o plano nacional da cultura inscrito na carta constitucional e com prazo de duração previsto para dez anos, configura, pela primeira vez, a possibilidade de uma política de Estado na cultura, que necessariamente transcende a temporalidade de governos.

O primeiro plano de ação para a política nacional da cultura abrange o período de 2023 a 2027 e inclui o planeamento e financeiro das atividades prioritárias apresentadas por eixos estratégicos, objetivo específicos e ações. São igualmente propostos os efeitos gerados pelos objetivos políticos, bem como os indicadores de impacto.

O Plano Estratégico da Secretaria de Estado da Cultura da Guiné-Bissau (2021, p. 41), concentra-se em orientações em termos de fundamentos, visão, princípios norteadores e objetivos, e propõe formas de implementar, financiar e gerir riscos.

### **Análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (FOFA)**

F: Secretaria de Estado de Cultura

<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
<i>A nível institucional e jurídico</i>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Constituição garante a proteção do património cultural, das identidades, da liberdade de criação e de livre acesso à cultura;</li> <li>• A existência de um departamento responsável pela cultura;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fraca capacidade institucional e operacional do Departamento;</li> <li>• Ausência de uma estratégia para o desenvolvimento do setor cultural;</li> <li>• Falta de quadros para o diálogo com os parceiros institucionais e os agentes culturais;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• A ratificação de 4 convenções internacionais sobre o património cultural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não ratificação das Convenções de 1954, 1970, 1995 e 2005;</li> <li>• Ausência jurídica em matéria de proteção nacional do património cultural material e imaterial;</li> <li>• Ausência jurídica na proteção/promoção da propriedade literária e artística e das ICC.</li> </ul>
<b><i>Património e diversidade culturais</i></b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A existência de um património cultural e natural importante;</li> <li>• A existência de património cultural imaterial rico e diversificado;</li> <li>• Promoção das identidades culturais através de carnavais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de inventário, classificação e medidas de proteção eficazes para bens e artigos inscritos nas listas nacionais;</li> <li>• Inexistência de bens ou artigos de património cultural material e PCI inscritos na lista indicativa ou lista representativa do património mundial;</li> <li>• Três convenções internacionais ainda não ratificadas (54, 70 e UNIDROIT);</li> <li>• Baixa proteção do património cultural móvel.</li> </ul>
<b><i>Indústrias culturais e criativas</i></b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A existência de algumas áreas de divulgação cultural;</li> <li>• A existência de numerosos meios audiovisuais;</li> <li>• A existência de uma unidade nacional para a produção de estatísticas culturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixo nível de organização e estruturação dos agentes culturais;</li> <li>• Baixo profissionalismo dos agentes culturais;</li> <li>• Ausência de uma estratégia para o desenvolvimento dos ICC;</li> <li>• Fraca eficácia dos mecanismos de gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos;</li> <li>• Inexistência de estatuto do artista;</li> <li>• Falta de mecanismo de financiamento para os operadores culturais</li> </ul>
<b><i>Educação e formação</i></b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A existência de ONG e de intervenientes institucionais que asseguram o reforço das capacidades dos atores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa oferta de formação profissional para agentes do património e dos ICC;</li> <li>• Fraca educação artística e cultural.</li> </ul>
<b><i>Em termos de recursos, humanos, materiais e financeiros</i></b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzido número de efetivos no departamento;</li> <li>• Falta de espaço de trabalho e de recursos logísticos;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dotação orçamental muito reduzida para o Departamento;</li> <li>• Falta de mecanismo de financiamento para os operadores culturais;</li> <li>• Falta de recursos destinados aos investimentos</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de um mercado externo para a cultura constituído pela diáspora;</li> <li>• Existência de um potencial turístico significativo baseado no património cultural e natural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instabilidade política e institucional;</li> <li>• A crise sanitária persiste.</li> </ul>

**Quadro n.º 2:** Análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (FOFA)

Fonte: Secretaria de Estado da Cultura

Em 2015, houve a terceira conferência para questão de criação da política cultural para que os artistas pudessem evoluir. Penso que foi nesta linha para poder chegar a este ponto, sendo que em 2021 esta carta foi materializada a sua criação. Não estou aqui para generalizar, mas do meu ponto de vista de ser objetivo e dizer não vai ser implementada. (entrevistado 2)

Em 2018, foi elaborado o anteprojeto lei da política cultural, onde foram definidos os objetivos e as metas preconizadas a serem atingidas, o setor conta com dificuldades enormes para fazer funcionar e implementar estas ferramentas.

Ainda na sua explanação sobre essa política elaborada pelo executivo de Nuno Gomes Nabiam, salienta-se que a sua implementação depende muito da vontade a nível individual e dos líderes políticos para dar continuidade e a pôr em prática. Não basta termos a programação apenas na área teórica, porque a maior parte das atividades não se concretizam devido os conflitos internos, políticos e sociais e estes acabam por barrar os financiamentos dos parceiros, tudo depende da estabilidade e vontade de colocar a cultura no seu devido lugar.

No trabalho de campo desenvolvido neste estudo para sustentabilidade do trabalho algumas afirmações da Secretária do Estado sobre a política cultural foram contrariadas e a dúvida sobre a sua implementação no seu devido tempo, seguindo o plano, objetivos e a meta preconizada, colocada em dúvida.

Em julho de 2021, foi apresentada a Carta da Política Cultural da Guiné-Bissau aos seus parceiros de desenvolvimento, com o seu plano público para a cultura de 2021/2030. Falou-se do plano Nacional e Internacional, fundamentando através da visão e destacando os seguintes pontos:

Referenciando ainda De Mattia (2014, p.101), sobre os resultados esperados com este projeto, estes vão além da construção do Plano de Cultura dos Estados, pois requerem também o fortalecimento da democracia participativa.

### **No plano internacional**

- Um dos principais pontos de referência internacional em que se baseia a política cultural da Guiné-Bissau é a Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2030. Também conhecida como a Agenda para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) DE 2030. Esta Agenda visa assegurar a prosperidade e o bem-estar de todas as mulheres e de todos os homens, protegendo ao mesmo tempo o planeta e consolidando os alicerces da paz. Vários dos objetivos mencionam explicitamente a cultura através de alvos específicos. Estes são: Objetivo 4: Educação de qualidade; Objetivo 8: Trabalho decente e crescimento económico; Objetivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis; Objetivo 12: Consumo e produção responsáveis; Objetivo 16: Paz, justiça e instituições eficazes.

O pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), em vigor desde 1976, é também um instrumento que garante a todos os povos o direito à autodeterminação, a determinar livremente o seu estatuto político e a prosseguir livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural. A política cultural da Guiné-Bissau é inspirada por este instrumento jurídico internacional a fim de criar condições para a melhoria dos criadores, empresários culturais e comunidades culturais.

### **No plano Nacional**

O objetivo é que até 2030, a Guiné-Bissau seja uma nação próspera e pacífica, fundada sobre uma herança cultural valorizada e transmitida, baseada na diversidade cultural e em CCI dinâmicas e competitivas.

Esta visão considera o diagnóstico feito e os documentos orientadores da política nacional de desenvolvimento da Guiné-Bissau. Está enraizado na vontade de:

- Basear-se no seu potencial económico e cultural e nas oportunidades de integração económica regional para ter sucesso no desenvolvimento de uma próspera economia da cultura que gere uma influência internacional;
- Tirar partido da riqueza do património cultural e da diversidade cultural como base para a construção de uma nação unida, transmitindo às novas gerações os seus valores de solidariedade, coesão social e paz;
- Desenvolver indústrias culturais e criativas para acelerar a criação de riqueza e empregos em benefício dos criadores, empresários culturais e de toda a nação.

### 3.2 Plano de ação do governo da Guiné-Bissau: guia e definição dos objetivos

Este plano de ação do governo, como guia para implementação dos objetivos definidos pela política cultural, veio reforçar o anteprojeto de lei da política cultural da Guiné-Bissau, elaborado em 2018, onde foram definidos os objetivos e as metas preconizadas a serem atingidas. O setor conta com dificuldades enormes para fazer funcionar e implementar estas ferramentas.

Quadro n.º 3: **Plano e Eixos estratégicos, objetivos estratégicos, indicadores de impacto e objetivos operacionais**

Temas estratégicos	Objetivos estratégicos	Indicadores de impacto	Objetivos operacionais
<b>Eixo 1: Melhorar a governação do setor</b>	OE1.1: Reforço da capacidade institucional do departamento	Taxa de satisfação dos utilizadores com os serviços prestados pela administração	<i>Objetivo operacional n.º 1.1.1: Aumento da quantidade e da qualidade dos recursos humanos do departamento</i>
		Taxa de implementação dos programas de atividades	<i>Objetivo operacional n.º 1.1.2: Reforço da capacidade infraestrutural e logística do departamento</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 1.1.3: Aumento dos recursos financeiros do departamento</i>

	OE1.2: Melhorar o quadro jurídico do setor	Proporção de setores regulamentados	<i>Objetivo operacional n.º 1.2.1: Ratificar e assegurar a aplicação das Convenções da UNESCO, da UNIDROIT e da OMPI</i>
		Nível de propriedade dos textos	<i>Objetivo operacional n.º 1.2.2: Adotar textos legislativos e regulamentares que regulem os setores</i>
	OE1.3: Reforço do sistema de informação cultural	Proporção de canais culturais que fornecem estatísticas exaustivas	<i>Objetivo operacional n.º 1.3.1: Desenvolver a produção de estatísticas culturais</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 1.3.2: Divulgação de dados estatísticos e oportunidades de negócio</i>
<b>Eixo 2: Reforço da proteção e salvaguarda do património cultural material e imaterial</b>	OE2.1: Reforçar a proteção do património cultural material	Proporção de bens imóveis protegidos	<i>Objetivo operacional n.º 2.1.1: Realização do inventário do património cultural imóvel</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 2.1.2: Assegurar a classificação física e a proteção do património cultural dos bens imóveis</i>
			<i>Objetivos operacionais n.º 2.1.3: Apoiar o desenvolvimento e a atratividade dos museus</i>
	OE2.2: Salvaguarda do património cultural imaterial	Proporção de elementos protegidos	<i>Objetivo operacional n.º 2.2.1: Realizar o inventário do PCI com a participação das comunidades</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 2.2.2: Assegurar a classificação e a salvaguarda do PCI</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 2.2.3: Valorização do património cultural imaterial</i>
		Percentagem de escolas que	<i>Objetivo operacional n.º 2.3.1: Desenvolver programas educativos e</i>

	OE2.3: Desenvolver a educação para o património cultural	beneficiam da EAC	<i>instrumentos pedagógicos</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 2.3.2: Proporcionar formação de professores</i>
<b>Eixo 3: Desenvolvimento das indústrias culturais e criativas</b>	OE3.1: Melhorar a funcionalidade da cadeia de valor	Proporção de profissionais na cadeia de valor	<i>Objetivo operacional n.º 3.1.1: Criação de uma escola de formação artística e cultural</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 3.1.2: Reforçar as competências operacionais e as capacidades dos intervenientes na cadeia de valor</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 3.1.3: Atividades de apoio para promover a colaboração e a ligação em rede entre os intervenientes</i>
			<i>Objetivo 3.1.4: Desenvolver o mercado dos bens e serviços culturais</i>
	OE3.2: Reforçar o mecanismo de gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos	Taxa de progressão dos direitos de autor cobrados	<i>Objetivo operacional n.º 3.2.1: Adotar legislação e regulamentação adequadas em matéria de direitos de autor e direitos conexos</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 3.2.2: Reforço da funcionalidade do mecanismo de gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos</i>
<b>Eixo 4: Desenvolvimento de parcerias entre vários atores</b>	OE4.1: Apoio à organização e estruturação dos intervenientes	Proporção de intervenientes estruturados	<i>Objetivo operacional n.º 4.1.1: Apoiar a consulta das partes interessadas nos setores</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 4.1.2: Apoiar o fun-</i>

			<i>cionamento das organizações resultantes de consultas</i>
	OE4.2: Reforçar a cooperação cultural bilateral e multilateral	Taxa de progressão dos programas resultantes dos acordos de cooperação	<i>Objetivo operacional N.º 4.2.1: Estabelecer e animar um quadro para o diálogo com as PTF</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 4.2.2: Apresentar projetos à PTF</i>
<b>Eixo 5: Melhorar o acesso ao financiamento</b>	OE5.1: Desenvolver um mecanismo de apoio financeiro aos intervenientes	Taxa de aumento do número de intervenientes financiados	<i>Objetivo operacional n.º 5.1.1: Criação de um fundo de apoio ao setor cultural</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 5.1.2: Apoiar os projetos dos agentes culturais</i>
	OE5.1: Diversificar as fontes de financiamento	Taxa de aumento da PTF	<i>Objetivo operacional n.º 5.2.1: Identificação das fontes de financiamento</i>
			<i>Objetivo operacional n.º 5.2.2: Aplicar uma estratégia de mobilização de recursos financeiros</i>

Fonte: Secretaria de Estado de Cultura da Guiné-Bissau

No que se refere ao segundo ponto deste anteprojeto, esta presente lei rege-se pelos princípios da Constituição da República da Guiné-Bissau, que estabelece o princípio segundo o qual o Estado promove o desenvolvimento da cultura e das personalidades, garante a livre criação e a liberdade de expressão de forma participativa e democrática.

Como já tinha referenciado acima, o governo da Guiné-Bissau elaborou a sua primeira política cultural em julho de 2021, em colaboração com seus parceiros de desenvolvimento. Tal é legitimado através de um “Decreto Presidencial n: 3/2020 de 02 de março de 2020, define os objetivos que se seguem:

- Criar condições favoráveis para que todos os cidadãos tenham acesso à prática de atividades culturais, promovendo assim a sua participação na criação e divulgação;

- Promover uma política adequada no domínio da valorização e salvaguarda do património cultural nacional.

Este Decreto Presidencial, vai permitir ao governo na sua magistratura executar o seu plano de ação. Sendo assim, à Secretária do Estado da Cultura como responsável da tutela, foram atribuídos os seguintes poderes:

- Promover ações destinadas a valorizar a cultura nacional;
- Apoiar a revitalização das tradições culturais ameaçadas de extinção;
- Impulsionar os intercâmbios culturais a nível sub-regional e internacional;
- Promover ações de reconhecimento e divulgação das tradições culturais, garantindo em simultâneo a sua sobrevivência;
- Implementar a política do governo no domínio da cultura.

Estes poderes atribuídos ao governo na implementação dessa política, através da Secretária de Estado da Cultura para a sua execução, com planos de ação “estratégia” e objetivos bem definido, pode ser um ponto de partida para a melhoria do funcionamento do setor. O país já assinou várias convenções e ratificou vários acordos para o setor, mas não surtiu nenhum efeito para a sua funcionalidade em prática.

O Plano de ações quinquenais, que é uma parte do plano de ação desta política do governo da Guiné-Bissau para o setor elaborada em julho de 2021, traduzirá as ações em atividades, tendo em conta o período quinquenal.

Neste mesmo plano, estão inseridos os objetivos e ações, bem como a visão e identificarão todas as transformações que precisam de ser realizadas para permitir que os atores realizem efetivamente a ação governamental no domínio da cultura.

### **Princípios orientadores**

Os princípios orientadores são as principais diretrizes para a implementação da política cultural. Foram adotados os seis princípios orientadores seguintes: (i) respeito e promoção dos valores e identidades culturais; (ii) respeito pela liberdade de expressão e criação; (iii) respeito pelos princípios do desenvolvimento sustentável; (iv) desenvolvimento de parcerias; (v) consideração das questões de género, juventude, ambientais e digitais; e (vi) gestão baseada em resultados (GAR).

- 1) Respeito e promoção dos valores e identidades culturais

Graças à sua diversidade étnica e linguística, a Guiné-Bissau consolida as suas práticas culturais contemporâneas no seu património material e imaterial e, por conseguinte, possui valores culturais que devem ser preservados com vista a reforçar a coesão social e a paz.

2) Respeito pela liberdade de expressão e pela liberdade de criação

As liberdades de criação e de expressão são garantidas pelas convenções internacionais e pelo direito interno da Guiné-Bissau. São condições básicas sem as quais a criatividade e a liberdade de expressão dos artistas e da cultura não podem ser exercidas para contribuir para a democracia e o desenvolvimento económico e social.

3) Respeito pelos princípios do desenvolvimento sustentável

Com um património natural importante e um património cultural rico e diversificado, material e imaterial, a Guiné-Bissau deve aplicar os princípios do desenvolvimento sustentável, a fim de garantir que este importante património possa ser explorado e legalizado em boas condições. As medidas a tomar no contexto desta política cultural devem respeitar estes princípios.

4) Desenvolvimento de parcerias

Para que a política cultural possa ser aplicada com êxito, o governo deve coordenar as intervenções, mas antes de o fazer, deve desenvolver parcerias com todas as partes interessadas (identificadas *a priori* na secção sobre a implementação) desta intervenção. Para a implementação de projetos, programas e iniciativas que contribuam para a política cultural, há que procurar e promover, tanto quanto possível, a interação com as autoridades comunitárias, privadas, locais e regionais, os parceiros técnicos e financeiros.

5) Consideração das questões de género, juventude, ambiente e domínio digital

As questões transversais serão tidas em conta na implementação da política cultural. Trata-se principalmente de questões relacionadas com o género, a juventude, o ambiente e o domínio digital, que se tornaram importantes e têm impacto no desenvolvimento sustentável e equitativo.

6) Gestão baseada nos resultados (GAR)

A gestão orientada para os resultados é uma abordagem promovida pela comunidade internacional e, em especial, pela UEMOA, a fim de reforçar a eficácia e a eficiência da

política pública e da gestão dos recursos. Visa alcançar resultados precisos, num determinado período, com recursos e indicadores de desempenho identificados. Devido às ambições da política nacional da cultura, foi necessário utilizar o GAR para alcançar o desempenho desejado.

Destacando o último ponto que é gestão baseada em resultados, é uma abordagem promovida pela comunidade internacional e em particular pela UEMOA para reforçar a eficácia e eficiência das políticas públicas e da gestão de recursos. Visa alcançar resultados específicos, dentro de um determinado período com recursos e indicadores de desempenho identificados. Atendendo às ambições da política cultural, é apropriado utilizar a GAR para alcançar o desempenho desejado.

#### **Capítulo IV: A EXISTÊNCIA (OU NÃO) DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS (ESCOLAS DE MÚSICA, TEATROS E OUTRAS)**

A nível das instituições públicas para a prática das atividades culturais, existem salas de cinema em oito (8) regiões e em alguns setores do país, inclusive setor autónomo de Bissau, que eram do Estado e proporcionavam aos públicos o seu uso enquanto espaços de lazer, não só pela exibição dos filmes, mas também de música, dança e teatro. Contudo, tal era nos “velhos tempos”, pois deixaram de funcionar já há vários anos.

Na abordagem de AFDB *et al.* (2015, citado por Lopes, 2020, p. 35), o Banco Africano de Desenvolvimento, quando se colocaram as hipóteses de potenciais melhorias em termos de eficiência, África continuaria a enfrentar um défice de financiamento de infraestruturas na ordem dos 90 mil milhões de dólares por ano, sobretudo devido às crescentes necessidades em termos de energia.

Esta abordagem mostra uma clara preocupação no domínio das infraestruturas, que constitui um problema não só na Guiné-Bissau, mas sim para o continente africano em vários setores, onde a cultura faz parte os fatores económicos que são fundamentais para o desenvolvimento dessas infraestruturas, tanto nas zonas rurais como nas urbanas.

Para Rosa (2017, p.11), sobre a política urbana de uma cidade deve ordenar o desenvolvimento de suas funções sociais e da propriedade urbana, garantindo o direito a cidades sustentáveis e, conseqüentemente, entre outros fatores, o direito ao lazer.

Desta forma, Bettin *et al* (2018, p. 97), partindo do pressuposto que é dever do Estado fomentar a prática esportiva e que esta prática é um direito do cidadão, este estudo busca verificar a existência e a situação das infraestruturas dos espaços públicos municipais para a prática dos desportos e do lazer, tal como ocorreu na cidade de Pelotas – Rio Grande do Sul, no Brasil. Neste sentido, segundo Augusto Santos Silva (2002, citado por Rodrigues, 2017, p.19), é notória a incapacidade de construção de políticas culturais diferenciadas e individualizadas, ao nível autárquico, o que muitas vezes inviabiliza qualquer possibilidade de diferenciação política, situação que se verifica na grande maioria dos municípios nacionais da Guiné-Bissau.

Numa análise detalhada das entrevistas realizadas com alguns homens da cultura, dentro e fora do governo, para melhor compreender o objetivo de estudo deste trabalho, obteve-se os seguintes resultados em relação a questão relativa à existência (ou não) de

instituições públicas que permitam o desenvolvimento das atividades culturais, tais como as escolas da música, os teatros, entre outros.

As infraestruturas disponíveis em Bissau para a prática das atividades culturais que são frequentadas pelos públicos da cultura tanto nacionais como estrangeiras, na sua maior parte são das entidades estrangeiras privadas, muito embora exista um acordo com o Estado da Guiné-Bissau, no âmbito da cooperação entre os países.

A análise dos espaços culturais da capital Bissau sugere que o estatuto de um espaço comunitário para as cerimónias e práticas culturais tradicionais é o estatuto dominante.

Como é referenciado na carta da política da cultura pelo SECG-B (2021, p.30), o estudo identificou 35 espaços dedicados às artes do espetáculo, incluindo 10 teatros e 2 centros culturais, sendo os restantes referidos como «cinema». Na realidade, esta situação reflete uma rede insuficiente de territórios em que as artes são criadas/produzidas/divulgadas na cena, permitindo a colocação no mercado de bens e serviços culturais.

"Em 2021, o Museu Etnográfico foi despejado quando tens uns governantes que não gostam de ler e escrever, tudo que está relacionado com o conhecimento, um povo com estes tipos dos governantes" (Entrevistado 1).

"Não há prioridade para a cultura, os Museus são privados, Mural das Escravatura em Cacheu "AD", Museu Amílcar Cabral em Amura "Militares", Museu de Guelégue "Tiniguena" são todos privados, a única Biblioteca é do "INEP", é uma preocupação social" (Entrevistado 3).

#### **4.1 Balanço entre as ações preconizadas e a realidade da Guiné-Bissau, relativamente às políticas públicas para a cultura.**

Antes de iniciámos o balanço sobre as ações preconizadas e a realidade da Guiné-Bissau, relativamente sobre as políticas públicas para a cultura, vamos trazer alguns conceitos em relação às políticas públicas para a cultura. Esta política é vista como sendo o instrumento que orienta governo para a implementação do plano traçado, com a finalidade de atingir os objetivos (SECG-B, 2021, p. 64): o "Estado estimula a criação cultural da sociedade" e estes elementos permitem operacionalizar o setor, impulsionar e dinamizar a área.

Na elaboração de uma política pública é fundamental que tenhamos em conta o contexto estrutural e o fator sociocultural, que pode servir da linha de orientação para sua

definição e os objetivos para atingir que esta linha, pode ser uma guia da orientação a que podemos chamar políticas públicas para setor.

Nesta abordagem, seguida de uma linha de ações preconizadas da política pública da cultura com a realidade da Guiné-Bissau, a cultura guineense sempre teve o seu destaque na sociedade e em representação do país pelo mundo fora, mas em termos institucionais é relegado para o último plano. Perante esta e outras, é pertinente relembrar que os planos das atividades que estão programados, se for discutido no Conselho do Ministro e tiver a sua aprovação na Assembleia Nacional Popular (A.N.P), através das diretivas e eixos estratégicos, estarão ao alcance de toda sociedade, incluindo os países e as organizações internacionais. Então, o único país que não tinha era a Guiné-Bissau, que estava a aguardar este instrumento que é o pulmão do desenvolvimento cultural de um país.

Como se refere numa das entrevistas realizadas: "É de salientar que, o governo não faz a cultura, mas sim, orienta e cria instrumentos para os fazedores da cultura, os promotores podem desenvolver as suas atividades, esse é o papel do governo de criar condições as infraestruturas a nível da formação, das legislações e deixar os fazedores fazer a cultura". (Entrevistado 3)

De acordo com Botelho (2001, p.74) falou-se qua as duas dimensões – antropológica e sociológica – sejam igualmente importantes, do ponto de vista de uma política pública, pois exigem estratégias diferentes.

Para Ferreira (2006, p. 4), na sua perspetiva as políticas públicas para a cultura devem ser vistas como propostas emancipadoras do ser humano e serem formuladas a partir dos indivíduos em suas respetivas comunidades e não mais nos gabinetes das secretarias ou departamentos de cultura.

Por sua vez, Almeida (2006, p. 99), ao falar de políticas públicas atuais para a cultura, artes e músicas, diz que é imprescindível estabelecer a relação destas com a educação. Essa inter-relação é percebida, entre outras possibilidades, nos documentos oficiais disponibilizados pelo Ministérios da Educação (MEC).

#### **4.2. Discussões e/ou resultados de entrevistas**

As entrevistas realizadas à amostra que foi definida com vista a conhecer as políticas a nível do setor cultural desenvolvidas na Guiné-Bissau, com o objetivo de conhecer e compreender a política cultural guineense, os seus desafios e constrangimentos, precisam

de um esclarecimento. Gostaríamos de recordar que, por motivo de natureza ética do nosso trabalho de investigação e de consideração pelos direitos dos entrevistados, foi garantida a confidencialidade e o anonimato dos mesmos, que são identificados por números, com entrevistas desde o 1 ao número 8. Veja-se, portanto abaixo, o que nos foi respondido pelo grupo-alvo da nossa pesquisa.

De acordo com Lopes (2020, p. 44), a cultura e as tradições africanas são vistas como retrógradas e permeáveis a um comportamento ou conduta política imoral. Em relação a esta questão (Qual é a situação da cultura na Guiné-Bissau?), alguns dos entrevistados referem o seguinte:

"A cultura guineense está ameaçada pela influência das outras culturas. Sendo a cultura a expressão intelectual de um povo, a forma como um povo reage perante o seu habitat, o seu meio ambiente e isso envolve, a comida, a nossa forma de falar (crioulo), de vestir, de estar, de pensar etc....., contudo, devido a um acelerado processo de aculturação na nossa sociedade leva as alterações não só do nosso crioulo como também, outros aspetos culturais que só podem ser evitadas/conservadas através da educação. Nos últimos anos, temos vivido uma cultura que tem uma dependência política, e que não tem uma voz que pode defender os seus princípios e valores, que efetivamente vai criar e enraizar um fenómeno, que futuramente terá suas consequências para a classe que a exerce. Por outro lado, podemos afirmar também que, não existe um plano para esta classe, e a cultura se encontra numa situação delicada, portanto, é preciso que haja uma intervenção urgente por parte da autoridade local no sentido de poder traçar um plano que irá permitir o funcionamento ideal deste setor, podendo assim, abrir um mercado estável para os atores que atuam nessa área". "Por outro lado, a sociedade tem uma cota parte, mas sempre os governantes, por serem dirigentes e representantes de um Estado são maiores responsáveis por banalizar o próprio Estado e não apostarem na educação, isto é, na formação dos homens capazes de transformar a nossa sociedade rumo ao desenvolvimento que todos nós almejamos. Estes, por sua vez, limitam-se apenas a manter o povo na ignorância, tirando assim o proveito político dessa ignorância. Não basta construir semáforos ou estradas para os peões, e que não são orientados como usá-los, pois não estão preparados, são coisas básicas que as pessoas devem ser educadas ou orientadas. Ainda sobre esta questão, os entrevistados analisam a situação da cultura na Guiné-Bissau como uma entidade, sempre tem uma boa situação por ser um elemento vivo em constante transformação como as outras culturas do mundo, já encarrada por uma "instituição" seria uma outra coisa" (Entrevistados 1, 4, 8).

Na visão do entrevistado 3, este salienta que "a cultura guineense está a caminhar para o melhor, apesar que tem ainda muito por fazer para a sua consolidação, em termos dos aspetos mais relacionados com a sua organização cultural, com a estrutura e falta de uma definição política. E em termos individuais, criação artística; a nível tradicional, podemos dizer que a cultura ainda tanto material como imaterial continuam intactas, sem grandes transformações. A falta da organização do executivo para a área, um setor sem infraestruturas para funcionar. Uma fraca legislação cultural, com a falta das leis que devem ser aprovadas como alicerce que lhe permite funcionar para o seu desenvolvimento, estou a falar de leis do património cultural que não existe ainda, estou a falar da revisão do código do direito do autor que já foi feito, mas que não foi aprovado ainda, algumas convenções que ainda não foram aprovadas, das infraestruturas culturais não temos uma Biblioteca Nacional, falta de Museu Nacional e do arquivo histórico, estes conjuntos do vazio que existe no domínio da cultura, é condicionado mesmo pelo Estado".

Outro entrevistado, acrescenta ainda que "vai ser necessário uma revolução cultural a fim de criar uma consciencialização e materialização da preservação e transmissão da cultura genuína guineense ". (Entrevistado 7)

No que diz respeito à questão – Será que existe uma agenda cultural para o plano anual das atividades culturais? – os entrevistados 1, 4, 5, 7 e 8 convergiram nas suas respostas. Nas suas opiniões afirmam o seguinte:

"Apesar de existir uma iniciativa promovida pela ONG Tiniguena da criação de uma agenda cultural trimestral na Guiné-Bissau, que não é considerada pelos entrevistados como um plano cultural, por não ter passado exatamente pelos órgãos de soberania para a sua aprovação pela Assembleia Nacional Popular. Ou seja, uma agenda cultural, «agenda Bissau», com programações das atividades nos centros culturais da capital Bissau e no interior do país não é falada, embora cada região tenha as suas atividades culturais depois das colheitas. Não havendo essa agenda, os agentes culturais nacionais, os próprios artistas, criam as suas agendas e os seus agentes para a materialização das suas atividades. Consideram também que deve haver um engajamento por parte do governo no sentido de ter uma forte atenção relativamente a estas questões, porque recentemente aconteceu um festival denominado de "EXPO", em que o nosso país participou com alguns nomes, e no fim do dia, não havia caché para a comitiva. Este é um entre muitos acontecimentos que já foram verificados a nível do setor da cultura. Portanto, partimos do princípio de que há sempre atividades ou agenda cultural, mas não há agenda cultural por parte do estado, isto é, inexistente".

Por outro lado, na perspectiva de outros entrevistados sobre esta questão, consideram o seguinte:

"Há uma agenda na teoria, mas na prática não existe, quer dizer que é nulo neste sentido. Não só no setor cultural, mas em vários setores que não possuem tais agendas e programas para sua execução, muitas das vezes, há pouco interesse dos grupos culturais devido a falta de uma política do governo para esta área, as pessoas do campo já não estão a participar massivamente nas atividades organizado pelo governo por falta de incentivos. Entretanto, acreditam que, o Carnaval é a única agenda fixa do governo e os seus parceiros da área, festival de Bubaque e Primeiro de Maio, são iniciativas das pessoas individuais". (entrevistado 2)

"Normalmente existe, o que falta é a sua implementação, o governo normalmente tem um plano e/ou programa e toda a estrutura orgânica aprovados pelo Conselho do Ministro, onde cada setor tem o seu plano das atividades em termos teóricos, a aplicabilidade que falta. O orçamento dotado para a cultura não dá para executar grandes atividades e nem para desenvolver a própria cultura. A materialização deste plano deve passar pelos quadros técnicos, contudo há escassez dos quadros «recursos humanos» neste setor. Em 2020, o então governo na altura adotou uma nova orgânica do ministério da cultura diferente da estrutura anteriormente conhecida, onde era vista o Ministério da Cultura está anexado ao Ministério da Educação e outrora existia a Secretaria Estado Cultura Juventude e Desporto. A cultura nunca esteve isolada. É a partir de 2019, com a Secretaria do Estado da Cultura que ficou isolada. E m 2020 já volta a existir o Ministério da Cultura Juventude e Desporto, com uma Secretaria do Estado da Cultura. Esta é a orgânica que está a funcionar até agora com um Ministro e o Secretario do Estado da Juventude Cultura e Desporto. O secretário responde pelo Ministro". (entrevistado 3)

Relativamente à questão – O setor cultural, é um vetor para o desenvolvimento do país, no que diz respeito em atrair os turistas? –muitos dos entrevistados acreditam que:

"O turismo de qualquer país tem uma ligação com os diferentes Ministérios. Há algum tempo, o setor cultural estava de mãos dadas com o Ministério do Turismo, e isso fez com que muitas coisas acontecessem. Desde a implementação de um programa denominado “Nó Bai Guiné”, promovido pela entidade televisiva privada em colaboração com o músico Manecas Costa, muito embora, foi uma produção à parte, com a Televisão, sobre música e gastronomia. Deu-se a conhecer o próprio país e, para conhecer a realidade que tem muita potencialidade em termos de fauna, flora, a cultura envolve tudo, a arte, a expressão artística, está interligada com todo setor da vida pública, há que criar essa ponte

para que realmente haja uma interligação e ganhos em favor das duas partes". (entrevistado1)

No entanto, a maioria dos entrevistados (entrevistados 2, 4, 5, 6 e 8) entende que: "O setor cultural é uma das alavancas em qualquer sociedade, ou seja, é um vetor para o desenvolvimento em termos mundiais, como ocorreu em vários países, como é o caso da Nigéria, que projetou os músicos que hoje estão no panorama mundial da arte da música, por exemplo: Rema, Burna Boy. No entanto, a cultura representa uma fonte de recursos para o desenvolvimento através da qual os governos conseguem tirar mais vantagens económicas e financeiras. É evidente que o setor cultural especificamente pode ser, e é, o vetor para o desenvolvimento do país no que diz respeito ao turismo, mas a indústria cultural não se pode e não deve reduzir-se apenas à finalidade turística, porque é uma indústria com potencial económico muito grande e que pode ampliar e ser explorada em vários âmbitos, não só turístico, quando é bem gerida e explorada, pois gera muito capital, emprego com muita dinâmica. Um exemplo concreto são os Estados Unidos de América, onde este setor move mais dinheiro do que os outros sectores, têm o cinema, a música, a dança, as obras das artes, pinturas e artes plásticas, é um setor com potencial económico muito grande, que deve ser tido em conta para os grandes quadros do país, tendo em conta a sua grandeza.

No caso da Guiné-Bissau, é um fenómeno pouco visível não por parte das pessoas ou artistas, mas do governo. Qualquer sociedade que não sabe aproveitar através da promoção de atividades ligadas a este setor no sentido de obter informações formais, uma vez que não prejudicam a sua agenda em termos de cooperação. É necessário criar uma relação entre o artista e o governo, mas o governo tem um papel primordial no sentido de promover, de expandir as obras, de criação dos centros, dar formação para que os artistas possam produzir e vender as suas obras e serem vistas a nível mundial". "Sim, mas a maturidade da classe política guineense ainda está na fase da puberdade no que diz respeito a questão cultural". (Entrevistado 7)

"A cultura na sua dinâmica é uma atração turística. Neste sentido, podemos citar o nosso "carnaval", quando acontece há sempre fluxos de turistas no país, isso leva muitas das vezes, a insuficiência dos hotéis para acolher todos os turistas que se encontram no país. Se formos ver a nível das estatísticas culturais, as contribuições que as culturas trazem para PIB, embora a nossa estatística cultural esteja ainda na sua fase embrionária, porém, existe uma célula nacional da estatística que está a trabalhar nesse sentido, com falta dos meios para o desenvolvimento das suas atividades, isto permitiria com que nós

tivéssemos conhecimento da contribuição da cultura em Guiné para o PIB". (Entrevistado 3)

De acordo com os entrevistados sobre a questão – qual é a consequência da “falta de implementação ou aplicação de uma política que possa ajudar o setor no seu desenvolvimento? – Verificamos que a maioria dos entrevistados acha o seguinte:

"Essa falta da implementação dessa política cultural é que está a minar a nossa cultura, porque não ajuda na promoção dos novos talentos, na capacitação dos quadros técnicos por falta duma política direcionada e organizada, na criação do grande interesse para o setor cultural e para o seu desenvolvimento, mesmo em termos das preservações dos valores culturais do nosso património cultural, essa falta de política é a pior situação que pode acontecer em qualquer país. Isso pode resultar na crise dos valores para toda sociedade em geral até na mudança da mentalidade". (Entrevistado 3)

No entender do entrevistado 2 " As políticas públicas no âmbito cultural têm a ver com a criação dos centros de acesso da cultura, e também de orientar as pessoas a terem acesso a essas informações, isto é, descentralização das atividades culturais nas regiões, criando assim, um espaço específico para a promoção da mesma".

Ainda sobre a mesma questão, os entrevistados 1 e 8 afirmam que: "não existe uma política cultural que pode ajudar o setor, estimular a criatividade e o desenvolvimento das atividades culturais no seu todo. Para eles, não existe e nem é posto em prática uma política para o desenvolvimento do setor cultural. Seria de extrema importância os agentes culturais começassem a pensar em desenhar um plano político para pôr em prática o desenvolvimento da nossa cultura, não devemos ficar em espera de que isso venham das instituições do Estado, mediante um fórum, onde possamos debater esta questão das necessidades básicas"

Outros entrevistados afirmam: "A consequência de falta da implementação da política cultural pode resultar na perda dos nossos valores humanos que atuam nessa área, sobretudo os que se encontram instalados no mercado da diáspora, a Europa neste caso. Já temos assistido e vivido os cenários semelhantes a este género, em que vimos os conterrâneos a representar a cultura de outro povo ao invés de fazer isso para a nossa pátria. Sem dar conta, isso vai resultar na perda dos nossos valores a favor do outro povo. E sem a implementação dessa política não haverá um turismo sustentável". (Entrevistados 4 e 6)

Perguntados sobre se o pacote financeiro disponibilizado pelo executivo é suficiente para o programa cultural, veja-se o que regista mos entrevistados a este propósito:

"Estes afirmam que desde as primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994, nunca o governo estipulou um pacote financeiro para a cultura a não ser salários dos seus funcionários". (Entrevistados 3 e 6)

"No meu ponto de visto, acho que é muito pertinente ver e rever esta situação, caso contrário, isso vai contribuir muito no sepulcro dos valores culturais, porque ultimamente a cultura acontece na guiné, apenas na situação da força maior da vontade, e vai chegar uma determinada altura em que haverá desvio do rumo desde já que não tem resultado e nem rendimento no próprio setor". (Entrevistado 4)

O entrevistado 1 afirma que: "nunca ouviu falar, ou tenha conhecimento acerca de uma verba disponibilizada pelo governo para a promoção da atividade cultural durante o ano, alegando sempre o encargo orçamental, dando apenas prioridades para outros setores".

Na opinião dos entrevistados 7 e 8, sobre esta questão, revelam que: "desconhecem sobre quaisquer pacotes financeiros disponibilizados para este setor através da Secretaria do Estado, e/ou da fatia orçamental para o setor da cultura na Guiné-Bissau, e este não é uma das prioridades do governo guineense".

Pelos argumentos, na perspectiva desses entrevistados 2 e 5: "Pode até haver o financiamento dos parceiros, mas não é bem gerido pelo Governo para o bem deste setor. Para além disso, é um setor que recebe pouco financiamento em relação aos outros sectores, isso demonstra a falta de valorização da cultura pela autoridade estatal".

No que se refere à questão, a falta das infraestruturas para as práticas das atividades culturais, constitui uma preocupação social, escola da música, anfiteatros públicos, bibliotecas públicas, salas de cinemas e teatro, afirmam o seguinte:

De acordo com a opinião dos entrevistados 2, 3, 4 e 5, estes acreditam que: " há ausência dos espaços para as atividades culturais como a galeria da arte, escola de música, escola de dança, anfiteatros, salas para concertos, e isso minam todo o desenvolvimento cultural da criatividade artística. Entretanto, apesar da existência recentemente duma iniciativa criada temporariamente numa escola onde funciona as aulas da música em duas salas de aulas emprestadas no centro cultural português em Bissau. Embora, existam vários outros espaços culturais privados tais como o Mural das Escravatura em Cacheu "AD", Meseu Amílcar Cabral em Amura "Militares", Museu de Guelégue "Tiniguena",

Centro Cultural José Carlos Schwart e a única Biblioteca é do “INEP”, que é nacional, isto é uma preocupação social do ponto de vista cultural. Dentre estes espaços, estes mostram que o único espaço em condições para a promoção das atividades culturais na Guiné-Bissau é o Centro Cultural Franco Bissau-Guineense, que também não é público, mas sim privado. Um país onde não há um espaço público cultural, nem Museu é um país onde a cultura não é valorizada pelos governantes, contudo havia um Museu etnográfico que agora passou a ser a instalação para Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em 2020, o governo liderado por engenheiro Nuno Gomes Nabiam tinha lançado a pedra para a construção do Palácio da Cultura, mas até agora não houve o pronunciamento do executivo face a este projeto. Por outro lado, admitem também a existência da cooperação entre o governo e os seus parceiros do desenvolvimento para área cultural.

Nesta perspetiva, estes sugerem que o governo deve pensar a questão da escassez dos locais públicos para a prática das atividades culturais, na construção das infraestruturas nas ilhas e noutros sítios com menos acessibilidade, a criação de teatro de rua, projetar um filme, levar o cinema fora dos muros, aproveitando os espaços abertos na criação das atividades de rua. Nós, enquanto africanos, temos estas questões, mas não é suficiente. Também, temos de pensar e adotar uma forma de angariar fundos através de micro projetos, com vista a financiar as nossas atividades de acordo a nossa realidade e não esperar apenas apoios do governo".

Para o entrevistado 1 "há necessidade da criação de uma elite dos músicos da nova geração com enormes talentos e selecionar os alunos talentosos com vocação no domínio musical ou áreas ligadas a cultura e inseri-los dentro de uma academia onde vão ser formados em diferentes áreas, independentemente da aula da música, expressão plástica uma formação já continua não havendo estas infraestruturas nada vai avançar".

Na visão do entrevistado 8: "esta falta das infraestruturas é o impedimento para o desenvolvimento do setor, não há espaço onde pode ser exibido e partilhado as obras, teatro, música, pinturas, esculturas, bibliotecas, editoriais e livrarias, isso realmente é um dos problemas graves do setor. Se não há infraestruturas, não se pode fazer nada para o desenvolvimento das atividades culturais".

O entrevistado 6 refere que "Neste momento não há nenhum teatro e cinema funcional no país. Mas existem edifícios deixados pelos portugueses todos degradados. (Bolama, Bissau, Bafatá, Gabu, Catio, Farim, Mansoa, Canchungo)".

Em relação à pergunta – será que as metas e as diretrizes do plano de ação para o setor cultural, vão ser executado no tempo? – os entrevistados referem o seguinte:

Os entrevistados 3, 6 e 7 afirmam que "Tenham a plena convicção de que os planos de ação feitos para o setor cultural vão ser executados no tempo se forem aprovados no Conselho dos Ministros, e todos os países que têm as suas cartas da política cultural terão acesso esses planos, começando pelos da sub-regiões CEDEAO, CPLP e UEMOA. Então, o único país que não tinha era a Guiné-Bissau; estes estão a aguardar esse instrumento que é o pulmão para o desenvolvimento cultural de um país".

De acordo com o entrevistado 2, "Em 2015, houve a terceira conferência sobre a questão de criação da política cultural para que os artistas possam evoluir. Em 2021, esta ideia foi materializada a sua criação, mas não estou aqui para generalizar, do meu ponto de vista acredito que, esta não vai ser implementada, e tudo dependerá da vontade das pessoas que estão no governo, dos nossos líderes de dar a continuidade e trabalhar neste sentido, porque temos um caminho, uma meta, nos quais, precisamos de colocar tudo na prática, não basta termos o programa na teoria, sem executá-lo. A maioria das atividades não estão sendo realizadas, devido os conflitos internos, sociais e estes acabam por barrar os financiamentos dos parceiros, tudo depende a instabilidade e vontade de colocar a cultura no seu devido lugar".

Para o entrevistado 5 a resposta é "Não, devido a falta de meios e de recursos humanos capacitados".

Na perspectiva do entrevistado 1, este afirma que "Não tem conhecimento sobre este assunto, estão a tentar criar um instituto da cultura da Guiné na diáspora. Também está sendo partilhada a documentação para fazer um plano de ação. Agora não se pode falar do dito plano de ação do estado engavetado. Por exemplo, podemos dizer que, as narrativas do passado não nos servem para nada, quando olharmos para trás, não se vê fruto do aquilo que alguém fez ou construiu, não tem pernas para andar porque não se vê nada, porque essas pessoas referenciadas estão a trabalhar já há muito tempo e nunca implementarem nada, os projetos só ficam nos papéis. Por outro lado, explicou que não quer tirar o protagonismo a alguém, fala com a referência, como músico, artistas plásticas, os escritórios e os autores, são projetos concretos. É porque estão a fazer as suas carreiras, os percursos gigantesco".

Perguntados sobre a questão se a “instabilidade governativa” pode constituir um obstáculo para a implementação dessa política e para o desenvolvimento do setor, a maioria dos entrevistados (entrevistados 1, 2 e 3) defende que: " as questões políticas

constituem obstáculos no que diz respeito a implementação das políticas culturais na Guiné-Bissau, pois vivemos várias vicissitudes, sobressaltos, desde a queda dos governos, golpes do Estado e passamos por diversos problemas políticos, militares e estes conflitos não nos ajudam em termos de avanços dos projetos, tudo isso não ajudam em nada num Estado onde se quer criar raízes bem assentes, isto é, estabilidade governativa. Não estamos a falar de um Estado falhado porque têm as suas características, mas sim, estamos a falar de um círculo vicioso onde a governação e funcionamento dos órgãos da soberania sempre é interrompido por razões meramente política. Esta crise política, condiciona todos os outros setores da vida social da Guiné, não somente na área cultural na sua generalidade, quando se fala da área cultural é a mesma coisa falar da saúde, a educação que faz parte da cultura é complementaridade".

O entrevistado 6 afirma que "De certa maneira pode influenciar negativamente na implementação de carta política da cultura".

O entrevistado 7 afirma que: "A instabilidade governativa tem a ver com a falta de competência do executivo e da corrupção. Os obstáculos para implementação da política cultural, tem a ver com a falta de vontade e falta dos técnicos "recursos humanos", no setor".

De acordo com o entrevistado 8: "A instabilidade política não ajuda todo o setor existente no país, não se pode desenvolver as suas atividades, não só pela cultura, até nestes momentos a cultura se reinventa devido a instabilidade, mas não se desenvolva, é preciso a estabilidade".

Questionados sobre questão, país conheceu a sua primeira política cultural em 2021, elaborado pelo executivo, qual é a razão da demora? os comentários foram os seguintes.

Segundo o entrevistado 8: "o país não conheceu a sua primeira política cultural em 2021, já depois da independência no regime em que Luís Almeida Cabral foi presidente da República da Guiné-Bissau, que instaurou no Ministério da cultura o qual, Mário de Andrade foi o ministro, já houve uma grande política cultural que fundou o Balet nacional e o José Carlos Shwartz foi um dos delegados culturais que encabeçou a implementação dessa política que deu grandes frutos e o surgimento das grandes orquestras que foram financiados pelo Governo, instrumentos e meios para a gravações, o teatro, as danças e todos estes setores foram dado um espaço para poderem desenvolver incluindo as pinturas, portanto, desde os anos setenta, a Guiné-Bissau já conhecia a sua política cultural e de grande qualidade executada com alto nível que deu grandes

resultados, é bom conhecer um pouco da história do nosso país, e não pensarmos que o nosso país só existe depois do conflito de 07 de junho de 1998, houve uma Guiné-Bissau antes disso, de 1974 até 1980, aconteceu coisas boas interessantes inclusive essa política cultural que funcionou bem".

Na opinião de maioria dos entrevistados (entrevistados 1, 2, 3 e 5), entende que: "Na Guiné-Bissau, alguns Presidentes não conseguem concluir o seu mandato assim como o chefe do executivo, isso interfere muito nestas questões de dar a continuidade ao programa do governo para que as metas sejam atingidas. Por outro lado, pode-se dizer que tudo tem a ver com a falta de vontade política, porque foi há muitos anos com a tentativa da sua elaboração, mas que nunca se realizou por causa da instabilidade política, mas com apoio da CEDEAO, além do apoio institucional, financeiro e técnico, enviou um expert internacional para trabalhar com uma equipa de quinze pessoas nacionais de diferentes setores na elaboração desta carta. Foi um trabalho bem feito que durou seis meses; era só para pegar a carta e levar para o Conselho do Ministro, mas como o governo é uma salada de iniciativa Presidencial, o então ministro do APU e o secretário do Estado do PRS, isso fez com que o Secretário perdesse aquela prerrogativa de ser ele mesmo a conduzir o documento para o Conselho do ministro, o que barrou a situação, criou obstáculos e a carta não conseguiu chegar ao Conselho de Ministros".

De acordo com os entrevistados 4 e 6 "Falta a sua aprovação no Conselho de Ministros e de seguida para sua divulgação a nível nacional".

Segundo o entrevistado 7: "A política cultural foi feita pelos técnicos do setor em nome do executivo. A demora da sua elaboração tem a ver com a falta de competências do executivo e da governação do país".

No que se refere à pergunta, qual é atenção e espaço que a cultura ocupa na ação do governo da Guiné-Bissau? as respostas obtidas foram as seguintes.

No entender do entrevistado 1: "ao longo dos tempos, a cultura não sofreu um grande destaque, não é a prioridade do qualquer governo na Guiné-Bissau, porque não há um orçamento anual para o setor da cultura, mas se existe, é levado para outros fins, tudo o que tem a ver com a dinâmica cultural não é vista alguma coisa feita, é um setor desprezado. É uma das últimas a ser pensada, os músicos, os cantores, as expressões plásticas, o espaço que ocupam, não são dignos, cantam para os políticos em contrapartida de receber o dinheiro, não expressam a verdade, o que sentem na alma, e isso cria uma disparidade enorme. Ser artista é ter uma identidade, uma expressão, quando perde essa identidade essa expressão já não é o que eras, perdes seguidores".

Entretanto sobre a mesma questão, os entrevistados 2, 3 e 4, nas suas abordagens, demonstram que: "É pertinente e muito bonito o discurso dos governantes quando se trata da cultura. Mas, na realidade este setor não é encarrado como prioritário, sempre fica na última posição, não só no sentido figurativo, mas em geral, porque as pessoas da cultura são esquecidas e só são lembradas nas atividades destacadas como "carnaval", festival de Bubaque, Varela e outros eventos de inaugurações, as visitas Diplomáticas dos chefes de Estado, uma comissão que vem de fora; aí a cultura aparece para demonstrar aquilo que nós temos, a nossa identidade. Por outro lado, se questiona o seguinte: qual é a relação da contribuição do governo para com os artistas? Um campo vasto que pode oferecer muito ao executivo, da arte, da performance, do cinema, da música, a dança tem uma história, é um elemento de construção e demonstração dos paradigmas dominantes. Desde a época da colonização, a música teve um impacto fundamental no processo de construção das informações. A música passava as informações entre os guerrilheiros e demais pessoas, servia também de incentivo, a performance, a dança é para treinar o corpo entrar em conflito saber defender os adversários, mas também para educar as pessoas etc. Nas representações no exterior, o governo sempre aparece na teoria das diversidades dos mosaicos étnicos que constituem a riqueza cultural do país".

Para os entrevistados 6 e 8: "O Ministério da Cultura, Juventude e Desporto, tem como principal missão de definir, planear e executar a política do governo no domínio da cultura em todo o país, em colaboração com associações culturais e ONG que trabalham no terreno". Os entrevistados 5 e 7 referem que "A cultura é um parente pobre na ação do governo da Guiné-Bissau, ela não tem espaço, mas, é de salientar que, não há desenvolvimento sem cultura. E a cultura sempre é relegada no último plano".

Depois de dois anos da elaboração dessa política, o quê é que o executivo já fez em relação a sua implementação? Para esta questão, as respostas foram as seguintes.

A maioria dos entrevistados respondeu que: "um senhor que tutela a área da cultura não sabe responder bem às questões colocadas. O plano, se calhar, serviu para aldrabar os músicos e os fazedores da arte. Quando se pretende realizar um concerto, tem de se pagar uma taxa de dois milhões francos CFA para o efeito. E as questões que se colocam são os seguintes: para onde foram levados esses dinheiros? E o que é que esse plano estratégico tem mudado de concreto? Em resposta, nada e além disso, todas as iniciativas de mudança de formação, «sinta combersa», foram iniciativas não governamentais, pois quando o governo é chamado para explicar, ninguém sabe explicar

nada, porque as pessoas que lá estão, são desconhecedores da matéria cultural". (Entrevistados 1, 2, 3 e 4)

Segundo o entrevistado 5, diz que a única coisa em causa era para, "aguardar a sua promulgação". Os entrevistados 6, 7 e 8 afirmam que "Não há sinal claro pelo executivo para a sua implementação".

Sobre a questão – O quê é que podemos esperar dessa política? O entrevistado 1 afirma que "antes de esperar algumas mudanças na carta da política cultural, há que formar as pessoas, porque não basta saber tocar os instrumentos, estamos num mundo da concorrência, consciencializar, mudar a rotina e exigir do governo que as coisas mudem e criar as condições".

De acordo com o entrevistado 2: "No sentido mais positivo da palavra, implementar uma política cultural isso pode unir e ajudar os artistas em termos científicos a uma encarolada para diferentes saber de deferentes áreas de intervenção na compilação no sentido formal, tornando-lhe mais visível".

Entretanto, o entrevistado 5 acha que: "é uma política que irá beneficiar os agentes culturais e próprio o estado em termos da aplicabilidade das leis sem dúvida irá tirar o setor no buraco que se encontra á vários anos".

Para os entrevistados 6 e 8, "O respeito e promoção dos valores e identidades culturais, respeito pela liberdade de expressão e de criação, respeito pelos princípios do desenvolvimento sustentável e desenvolvimento de parcerias. Tendo em conta o género, a juventude, ao ambiente e as questões digitais.

Por outro lado, o entrevistado 7 diz o seguinte: "Com pessoas erradas no lugar errado, nada vai adiantar".

No que diz respeito à última questão sobre o que deve ser feito para melhorar a funcionalidade do setor cultural na Guiné-Bissau? as respostas foram as seguintes.

Em resposta a esta questão, o entrevistado 4, na sua explanação mostrou que: "é necessário fazer um trabalho sério com muita responsabilidade para que haja um melhoramento neste setor, partindo dos princípios e procedimentos legais. É obvio que, este setor ainda está vazio em comparação com outros países, entretanto, é necessário criar uma boa estrutura de base a fim de poder garantir o melhor o funcionamento desse setor. Partindo da realidade que vivi enquanto artista, ganhei a percepção de que, deve haver a formação e promoção do pessoal que atua nesse setor, para permitir a expansão da nossa cultura pelo mundo, e fazer com que a nossa diversidade cultural possa ser conhecida a nível mundial".

Nesta perspectiva, os entrevistados 6 e 8 enfatizam a importância de: "reforçar as capacidades operacionais do departamento encarregado da cultura e de criar um ambiente legislativo e regulamentado apropriado. Também, a organização e estruturação dos atores nos diversos setores culturais, desenvolver oferta de formação e educação cultural e artístico, reforço da cooperação cultural, reforço do conhecimento no setor da cultura e reforço do acesso ao financiamento por parte dos intervenientes".

Segundo o entrevistado 7 salienta-se que, "Ter um executivo conhecedor do setor, como um artista criador e um executivo que gosta da sua cultura e do seu país, torna-se mais fácil para melhorar a funcionalidade do próprio setor no qual, se deve colocar cada pessoa na sua área, trabalhando arduamente no sentido de colocar este setor ao mais alto nível".

Por seu turno, o entrevistado 2 sugere que, "há toda a necessidade de criar uns pequenos centros de apresentações, das reuniões, das atividades que podem trazer grandes benefícios, a interação entre os jovens e os velhos anciãos das tabancas partilhando as suas histórias de vida única que são memórias, que precisamos de aproveitar enquanto estão vivos, já estamos a enfrentar escassez dos anciãos, nesse sentido os governantes devem ir atrás dessas memórias para obter essas informações e estas devem ser divulgadas através das redes sociais e política das ações afirmativas que é direcionado com um grupo ou de certo público, da sua forma de ver o mundo, da sua filosofia das suas memórias, modo de vida são essas que precisamos reter e trazer essas pessoas a conversar, criar arquivos para que a gerações vindouras possam aproveitar."

Na visão do entrevistado 1 deve-se: "criar um grupo de elites não apenas da área cultural, mas também em outros setores. Para este setor não basta mandar as pessoas para se formarem no exterior, e depois não têm meios e infraestruturas para que possam traduzir em práticas os conhecimentos obtidos durante a formação. Deve-se também pensar na criação de futuros dirigentes que ingressarão no setor por meio de um concurso público e que serão capazes de dar seus contributos para o desenvolvimento do país".

Os entrevistados 3 e 5 acrescentam que a "elaboração de um orçamento que será distribuído para os agentes da cultura, e para efetuar pagamento como forma de dar prémios, como por exemplo, os vencedores da festa de Carnaval. Quando se fala de um setor tão diversificado, ou seja, um setor em que todas as manifestações culturais como (a música, dança, teatro, gastronomia, moda, artes plásticas, esculturas, etc...) no entanto, necessitam dos orçamentos próprios nos quais, cada setor poderá concorrer e usando os próprios fundos. E, os museus, bibliotecas e demais comemorações também

deveriam beneficiar dos fundos e sem pôr de lado o salário digno para os técnicos e formação dos mesmos".

## CONCLUSÃO

Ao longo dos quatro capítulos desta dissertação, procurámos conhecer e compreender as políticas a nível do setor cultural desenvolvidas na Guiné-Bissau. Especificamente, o estudo visa: Conhecer a situação da cultural na Guiné-Bissau, tendo em conta o Plano Estratégico Elaborado em 2021; identificar as infraestruturas existentes para as práticas das atividades culturais no país, em particular setor autónoma de Bissau; Identificar os patrimónios culturais como parte da nossa história, na construção das memórias coletivas.

Refletindo sobre a importância da implementação da política cultural na Guiné-Bissau, a nossa pesquisa nos fez compreender que há uma necessidade de fazer funcionar o setor no seu todo através de uma política elaborada com base na realidade do país, uma sociedade enraizada na diversificada étnica, dando origem aquilo que é a essência da cultura guineense, buscando trazer o pensamento endógena como parte da nossa identidade que nos caracterizam como um povo.

Nas palavras de Cabral (1974 citado por Jardim, 2020, p. 58), Amílcar Cabral sempre defendeu a valorização e a preservação da cultura guineense como fundamental ferramenta de resistência cultural face às tentativas opressoras do país colonizador. Para ele, Amílcar Cabral, o desenvolvimento da Guiné-Bissau estava diretamente relacionado com o investimento na educação e na criação de condições para que a cultura e a informação fossem de fácil acesso.

Seria pertinente perceber que a nossa cultura assim, como as outras culturas não são fixas ou imutáveis, de modo que elas se moldam sempre de acordo com as nossas experiências na sociedade em que estamos inseridos.

O que nos identifica culturalmente como povos africanos em geral e da Guiné-Bissau em particular, existe uma forma singular aos guineenses, as nossas danças culturais e étnicas, a construção das nossas casas, os nossos ritmos e estilos musicais, os nossos modelos de vestuários, a nossa gastronomia, as formas tradicionais do casamento, a nossa política ligada a maneira de pensar e de atuar... são as vezes semelhantes às culturas alheias, ou melhor, dos outros povos africanos, todavia, tem as suas características específicas, quer dizer, próprias aos guineenses.

Todas estas formas apresentadas, revelam a identidade cultural dum povo, porém, tudo isso parte necessariamente numa dada cultura.

Para Calabre (2013, p. 3), no Brasil a construção do Plano Nacional de Cultura (PNC) foi um processo de longa duração, que ocupou parte dos dois mandatos do Presidente Lula e deve ser analisado como um grande exercício de democracia participativa. O texto final, ainda que muito amplo e difuso, buscou, no próprio dizer do Ministério da Cultura, “abranger as demandas culturais dos brasileiros e brasileiras de todas as situações económicas, localizações, origens étnicas, faixas etárias e demais situações de identidade. Não será certamente um processo simples e rápido na Guiné-Bissau.

Em relação à carta da Política Cultural da Guiné-Bissau, há uma divergência no que concerne a afirmação de algumas individualidades da Secretaria do Estado da Cultura, sobre a elaboração política do Ministério da Cultura. Como afirma o entrevistado 8 a Guiné-Bissau já conhecia a sua política cultural e de grande qualidade executada com alto nível que deu grandes resultados. É bom conhecer um pouco da história do nosso país, e não pensarmos que o nosso país só existe depois do conflito de 07 de junho de 1998. Houve uma Guiné-Bissau antes disso, de 1974 até 1980, aconteceram coisas boas e interessantes inclusive essa política cultural que funcionou bem.

Segundo o entrevistado 2 houve várias tentativas para a elaboração da carta da política cultural, mas que não surtiu efeitos desde 2015. Houve a terceira conferência sobre a questão da criação da política cultural para que os artistas pudessem evoluir. Foi nesta linha que se chegou a este ponto, sendo que em 2021 esta carta foi materializada. Em 2018, foi elaborado o anteprojeto lei da política cultural, onde foram definidos os objetivos e as metas preconizadas a serem atingidas, contudo, o setor conta com dificuldades enormes para fazer funcionar e implementar estas ferramentas, mas sendo objetivos, na verdade não podemos dizer que não vai ser implementada.

Constatamos também que a carta da política cultural carece de algumas informações, uma política elaborada no período de seis (6) meses, é notável que a nossa cultura sofreu algumas alterações devido a influência das outras culturas e a questão política com consequentes sobressaltos das instabilidades governativas é conhecido também o condicionalismo económico que dificultam a funcionalidade e a implementação dessa política. Apesar de não ser aprovada pelo executivo da Guiné-Bissau, demonstra claramente uma preocupação com a instabilidade política e governativa que é o obstáculo à sua execução e a fragilidade da instituição.

Contudo isso, tem existido algumas mudanças ao nível do desempenho dos homens da cultura, tanto interno como externo, sem apoio da parte da tutela, a sua

implementação depende da vontade política. O que adianta elaborar uma política e engavetá-la como várias outras que passaram pelo mesmo caminho.

Por isso, é importante pôr em prática o plano de ação através da orientação estratégica para o desenvolvimento do setor, para poder atingir os objetivos traçados para plano público da cultura de (2021-2030). Ainda nesta mesma carta foi traçado o plano quinquenal e no quadro n.º 5: dos Eixos estratégicos, objetivos estratégicos, indicadores de impacto e objetivos operacionais.

É de salientar que nesta carta política cultural da Guiné-Bissau procura dar-se resposta aos grandes problemas e desafios do setor cultural que se traduz na fraca funcionalidade do setor desde a falta dos recursos humanos, meios financeiros e as infraestruturas que lhe permitiam funcionar na sua plenitude. A fraca qualidade e a falta de equidade do sistema, especialmente no que concerne às desigualdades no acesso aos espaços de lazer para as atividades culturais entre zonas rurais e os de centros urbanos, é muito marcante.

Entretanto, face a todos problemas observados no decurso deste trabalho de investigação, concluímos que, para a salvaguarda e preservação dos nossos traços culturais e benefício de todo o mundo, é preciso evidenciar esforços conjuntos, trabalhos árduos não só pelos homens da cultura, como também dos governos, sociedades civis, Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais na luta para a promoção, manutenção e conservação da mesma. Afinal, esse problema é de todos, porque a cultura, sendo produto de atividade mental do homem, também é considerada como um elemento vivo que caracteriza e identifica qualquer sociedade, seja do ponto de vista histórico assim como social.

Tomando em seu amplo sentido etnográfico (cultura), esta é o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (Laraia, 2006, citado por Canedo, 2009, p. 4).

Entretanto, a cultura encontra-se essencialmente vinculada ao processo de formação das sociedades humanas, numa relação de simbiose, interdependente e dinâmica que acompanha o desenvolvimento dos indivíduos e grupos sociais, expressando os seus referenciais, valores e comportamentos, de entre outros elementos que compõem a sua identidade. A identidade cultural possui, deste modo, um carácter dinâmico e multidimensional, não podendo ser compreendida como um princípio hermético e imutável. Fundamenta-se na diversidade e não na homogeneidade (Misuko, 2004, p. 54).

Nesta senda de reflexão sobre a política cultural na Guiné-Bissau: Desafios e Constrangimentos, “Avanços e Recuos”, é uma abordagem sobre um setor tão vasto e complexo, devido a sua multiplicidade e diversificação dos seus elementos.

Em relação a situação da cultura na Guiné-Bissau, de acordo com o estudo realizado, concluímos que a questão em causa se encontra numa situação caótica, se destaca os seguintes pontos:

- Há falta da organização executiva para setor da cultura;
- Ausência das leis que lhe permite funcionar na sua plenitude;
- Falta das infraestruturas culturais, recursos humanos e financeiros;
- Ausência de uma política para o seu desenvolvimento etc.

No que se refere a implementação do plano de ação para o sector da cultura na Guiné-Bissau, identificamos que, o mesmo, não está sendo implementado, porque não foi apresentado e nem aprovado no conselho de ministros por razões políticas.

Identificamos também os seguintes obstáculos que impediram a implementação da política cultural na Guiné-Bissau.

Isto é, a constante instabilidade política e governativa, (queda dos governos, golpes militares, mudanças nas estruturas governamentais, conflitos dos interesses partidários entre os membros que compõem o executivo), ausência das políticas públicas para o setor cultural etc...

Com elaboração desta política pode trazer-se as mudanças não só na sua estrutura, mas também na sociedade em geral. Vimos que os desafios que foram lançados podem constituir elementos-chave na implementação e no desenvolvimento do setor, apesar dos constrangimentos podem construir um problema na sua implementação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, C. M. G. D. (2006). O multiculturalismo nas políticas para a cultura, artes e música: a educação musical intercultural. In *CONGRESSO DA ANPPOM, XVI* (pp. 99-103).
- AKESTER, Patrícia. Direito de autor em Portugal, nos PALOP, na União Europeia e nos tratados internacionais. Leya, 2013.
- Barbalho, A. (2012). Política Cultural e Orçamento Participativo: ou as Possibilidades da Democracia Cultural na Cidade Contemporânea. *Política Culturais em Revista*, 5 (1), 156- 169.
- Barbosa, D. B. (2013). Direito de autor. *Lumen júris*; Rio de Janeiro.
- Bettin, E. B., Peil, L. M. N. & Melo, M. P. (2018). Políticas públicas de esporte, lazer e espaços públicos em Pelotas-RS na gestão 2009-2012. *Pensar a Prática*, 21(1).
- Botelho, I. (2001). Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em perspectiva*, 15, 73-83.
- Botelho, I. (2001). Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em perspectiva*, 15, 73-83.
- Botelho, I. (2007). *A Política Cultural e o Plano das Ideias. Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA.
- Bucal, V. & Machado, E. G. (2022). Os Desafios de Construção das Políticas Culturais na Guiné-Bissau: questões preliminares. *Revista de Políticas Públicas*, 26 (1), 360-374
- Cabral, L. A. (1978). *A Arma da Teoria Unidade e Luta*. 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Guide – Artes Gráficas, Lda.
- Calabre, L. (2013) Participação Social na Construção de Planos Setoriais de Políticas Públicas: um estudo do Plano Nacional de Cultura. Consultável em: <https://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/066-PARTICIPA%C3%87%C3%83O-SOCIAL-NA-CONSTRU%C3%87%C3%83O-DE-PLANOS-SETORIAIS-DE-POL%C3%8DTICAS-P%C3%9ABLICAS-UM-ESTUDO-DO-PLANO-NACIONAL-DE-CULTURA.pdf>
- Calabre, L. (2014). Política Cultural em tempos de democracia: a era Lula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 137-156.
- Canedo, D. (2009). Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. *V ENECULT*, 5, 1-14.
- Castells, M. (1942). *O Poder da Identidade*. 3.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Editora Paz e Terra.

- Chauí, M. (1995). Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, 9, 71-84
- Chauí, M. D. S (2006). *Cidadania cultural: O direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,
- Coelho, T. (2020). *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda.
- De Mattia, C. (2014). A Metodologia para a Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura Fomenta a Coprodução do Bem Público? *Políticas em Revistas*, 7(1), 100-118.
- Demo P. (1995). *Metodologia científica em ciências sociais*. 3.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Atlas
- Ferreira, L. A. (2006). *Políticas públicas para a cultura na cidade de São Paulo: a Secretaria Municipal de Cultura-teoria e prática*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (Brasil).
- Jardim, G. D. (2020). *Ações de salvaguarda do Património Cultural Imaterial presentes no Quilombo Kalunga, Brasil e em Cacheu, na Guiné-Bissau: desafios, avanços e perspectivas*. Tese de doutoramento, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal).
- Jardim, G. D. (2020). *Ações de salvaguarda do Património Cultural Imaterial presentes no Quilombo Kalunga, Brasil e em Cacheu, na Guiné-Bissau: desafios, avanços e perspectivas*. Dissertação de Mestrado. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal).
- Lacerda, A. P. D. (2010). Democratização da cultura x democracia cultural: os pontos de cultura enquanto política cultural de formação de público. Consultável em: <https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Lacerda-democratizacao-da-cultura.pdf>
- Lopes, C. (1982). *Etnia Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Edições 70
- Lopes, C. (2020). *África em Transformação: Desenvolvimento económico na era da dúvida*. Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Mendes, A. R. (2012). *O que é património cultural*. Olhão: GENTE SINGULAR editora, Lda.
- Mendes, L. V. (2019). *(DSE) Caminhos do sistema de ensino guineense: avanços, recuos e perspectivas*. Curitiba: Editora CV.
- Mendes, L. V. (2022). *Itinerância da política curricular do ensino básico na Guiné-Bissau 1973-2011: saberes locais e diversidade cultural*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia (Brasil).
- Misuko, M. O. (2004). Design, cultura e identidade, no contexto da globalização. *Revista Design em Foco*, 1 (1), 53-66.

- Moisés J. A. (1992). Democratização e Cultura Política de Massas no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 1-51
- Moreira, J. K. (2020). *Matchundadi: Género, Performance e Violência Política na Guiné-Bissau*. Lisboa: Teatro Praga / Sistema Solar.
- Moresi E. (2003). *Metodologia da pesquisa*. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 108(24),5
- Nascimento, A. F. (2008). Política cultural e financiamento do setor cultural. *ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA*, 4. Consultável em: <https://www.cult.ufba.br/enecult2008/14368.pdf>
- Pereira, X. (2006). Património cultural: o casamento entre património e cultura. *ADRA* n.º 2. Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, pp. 23-41. Consultável em: [https://formacaompr.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/03/patrimonio-cultural\\_xerardo-p.pdf](https://formacaompr.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/03/patrimonio-cultural_xerardo-p.pdf)
- Pires, M. C. S. (1994). *Da proteção ao património cultural*. Belo Horizonte: Del Ver.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*, 2ª Edição. Lisboa: Gradiva.
- Reis, A. C. F. & Carla, A. (2003). *Marketing cultural e financiamento da cultura. teoria e prática em um estudo internacional comparado*. São Paulo: Cengage Learning.
- Ribeiro, G. Mithá (2018). *Novo Manual de Investigação*. Lisboa: Contraponto.
- Rodrigues, C. S. (2017). *Estudo da difusão das artes visuais nos municípios e seus diferentes modelos de infraestruturas culturais, partindo da análise de quatro exemplos nacionais: ensaio para um modelo de centro de Arte Contemporânea para o Município de Loures*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Rosa, M. C. (2017). *Equipamentos de lazer e exporte de Ouro Preto Contribuições para as políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Rubim, A. A. C. (2008). Plano Nacional de Cultura em Debate. *Políticas Culturais em Revista*, 2 (1), p.59-72
- Rubim, A. A. C. (2009) Políticas culturais e novos desafios. *Matrizes*, 2(2), 93-115
- Sampaio A. B., & Mendonça, E. D. C. (2018). Democracia Cultural, Museu e Patrimônio: Relações para a Garantia dos Direitos Culturais. *e-Cadernos CES*, (30).
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (S.E.C), 2021; POLÍTICA CULTURAL NA GUINE-BISSAU, julho 2021
- Silva, A. S & Pinto, J. M (2014). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.

- Silva, D. S. D. (2010). Financiamento da política cultural no Brasil e na França: uma avaliação comparada da lei Rouanet. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil).
- Silveira, N. (2014). *Propriedade intelectual: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, abuso de patentes*. Editora Manole.
- Simis, A. (2007). A política cultural como política. Políticas culturais no Brasil. Salvador: *EDUFBA*, 1, 133-155.
- Sousa & Baptista (2014). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: PACTOR.
- Sousa, A. P. B. (2016). *Políticas Públicas Culturais de Acesso – Análise do Vale-Cultura*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil).
- Teixeira, R. D. (2023). Hugo Monteiro - Obrigado ao Professor. Disponível em [\(1\) Hugo Monteiro - Obrigado ao Professor, por Ricardino Dumas Teixeira | Facebook](#): Acesso em 08/12/2023, 11h.
- Vilutis, L. (2012). Planos Municipais de Cultura e participação social nos fortalecimentos de políticas culturais. Consultável em: [https://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2015/09/Luana\\_Vilutis.pdf](https://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2015/09/Luana_Vilutis.pdf)
- Zanella, L. C. H. (2006). *Metodologia da pesquisa*. Florianópolis: SEAD/UFSC.